



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

**Percepções comunitárias sobre a participação no desenho de projectos de
desenvolvimento comunitário no distrito de Mabalane.**

Mestrando: Ivan Mutombene

Supervisor: Prof. Doutor Orlando Nipassa

Maputo, Maio de 2026

Percepções comunitárias sobre a participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário no distrito de Mabalane.

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

Mestrando

Ivan Auro Gabriel Mutombene

Supervisor:

Prof. Doutor Orlando Nipassa

Maputo, maio de 2026

FOLHA DE APROVAÇÃO

Percepções comunitárias sobre a participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário no distrito de Mabalane.

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

Mestrando:

Ivan Auro Gabriel Mutombene

Supervisor:

Prof. Doutor Orlando Nipassa

O JÚRI			DATA
Presidente	Supervisor	Arguente	
_____	_____	_____	.../.../...

Maputo, Maio de 2026

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
LISTA DE ABREVIATURAS	iv
ÍNDICE DE TABELAS, FIGURAS E IMAGENS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: ESTADO DA ARTE	4
1.1.1. Conceitos e tipos de participação comunitária.....	4
1.1.2. Teorias da Participação Comunitária	6
1.1.4. Participação comunitária a nível global	9
1.1.5. Participação comunitária a nível dos países em vias de desenvolvimento.....	10
1.1.6. Participação Comunitária em Moçambique	12
1.1.8. Compreender a percepção comunitária para encorajar a participação	15
1.1.9. Participação comunitária e sua importância para o desenvolvimento local	16
1.1.11. Desafios da participação em projectos de desenvolvimento Rural	20
1.1.12. O Desenvolvimento Comunitário no Contexto Internacional	21
1.1.13. Desenvolvimento comunitário, suas dimensões e princípios	22
1.1.14. Actuação de projectos de desenvolvimento em Moçambique	24
1.1.15. Relação entre participação e desenvolvimento comunitário	26
1.2. Problema de pesquisa.....	28
1.2.1. Relevância científica.....	30
1.3. Objectivos	31
1.3.1. Objectivo geral:	31
1.3.2. Objectivos específicos:.....	31
1.4. Hipóteses.....	31
CAPÍTULO 2: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	32
2.1. Teoria de desenvolvimento comunitário de Maria Luiza de Souza.....	32
2.2. Principais conceitos do estudo	34
2.2.1. Percepção social	34
2.2.2. Comunidade local.....	35
2.2.3. Participação	36
2.2.4. Desenvolvimento.....	37

2.2.5. Desenvolvimento comunitário	37
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	38
3.1. Tipo de estudo.....	38
3.2. Método da pesquisa	38
3.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados	38
3.4 Definição da população e amostra	40
3.4.1. Participantes a nível do Governo e sua relevância:	41
3.4.2. Participantes a nível do sector privado.....	42
3.5. Técnica de análise de dados.....	43
3.6. Princípios éticos	44
3.7. Trabalho de campo.....	44
3.8. Limitações do estudo e formas de superação.....	45
3.9. Codificação das entrevistas.....	45
CAPÍTULO 4: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
4.1. Perfil do distrito de Mabalane.....	46
4.1.1. Dados gerais do distrito.....	46
4.1.2. Divisão administrativa do distrito	46
4.2. Tipologias de ONGs e abordagens de desenho de projectos	47
4.3. Papel limitado do governo e da comunidade local no desenho dos projectos	49
4.4. Desalinhamento entre prioridades locais e intervenções	51
4.5. Percepções críticas sobre o papel das ONGs	54
4.6. Planificação excludente e não participativa	55
4.7. Limitações estruturais e orçamentais	57
4.8. Vulnerabilidade como critério central de selecção e factor de engajamento.....	60
4.9. Engajamento inicial condicionado por expectativa e utilidade prática.....	64
4.10. Fraca apropriação comunitária.....	68
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	70
Referências bibliográficas	75

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Ivan Auro Gabriel Mutombene, declaro por minha honra que esta dissertação que submeto à Universidade Eduardo Mondlane, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia do Desenvolvimento, nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer outro grau académico. O trabalho resulta da minha investigação pessoal sob orientação do meu supervisor, estando as citações utilizadas indicadas no texto e nas referências bibliográficas.

Maputo, Maio de 2026

(Ivan Auro Gabriel Mutombene)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à minha família, à minha esposa, Marla Chiziane Mutombene, e aos meus filhos, Melvin Mutombene e Larissa Mutombene, com o desejo de que encontrem nesta conquista uma fonte de inspiração para nunca deixarem de acreditar no poder do auto-desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus Todo-Poderoso, origem de todas as coisas, por me conceder saúde, protecção, sabedoria e por ter colocado no meu caminho as pessoas certas que me ajudaram a tornar este sonho possível.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Orlando Nipassa, expresso um agradecimento muito especial pela transmissão generosa de conhecimentos ao longo do curso e, em particular, pelo apoio na elaboração desta dissertação. A sua paciência e encorajamento ensinaram-me que o verdadeiro conhecimento caminha lado a lado com a humildade. *Well done*, Professor!

Dirijo uma palavra de profunda gratidão aos meus amados pais, Suzana Chichava e Gabriel Mutombene, por todo o apoio incondicional, por sempre acreditarem em mim e incentivarem o meu percurso académico.

Agradeço igualmente a minha família e aos amigos, pelo incentivo e compreensão nos momentos em que tive de me afastar para perseguir este objectivo.

Aos meus entrevistados pela participação incondicional na pesquisa, particularmente os membros das comunidades de Kokwe e Tsocate, ao Gabinete do Administrador do Distrito de Mabalane, aos Serviços Distritais de actividades Económicas do Distrito de Mabalane, aos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestrutura do Distrito de Mabalane, bem como ao Fórum Provincial das ONGs da província de Gaza.

O meu reconhecimento vai também a todos os professores do curso de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento (MSD-2021), pelo valioso conhecimento partilhado, que foi determinante para a minha formação académica.

Aos colegas do MSD-2021, agradeço pelo companheirismo, encorajamento e experiência partilhada, em especial a Bernardo Manhique, Benildo Nhamir e Constâncio Cornélio.

À todos os que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para a concretização deste trabalho, deixo os meus mais sinceros agradecimentos.

LISTA DE ABREVIATURAS

CRM	Constituição da República de Moçambique
DC	Desenvolvimento comunitário
DGF	Discussão em Grupo Focal
INE	Instituto Nacional de Estatística
MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento do Estado
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Participação comunitária
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PPP	Programa de Participação Popular
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SDJET	Serviços Distritais de Juventude, Educação e Tecnologia
SDPI	Serviços Distritais de Planeamento e Infraestrutura
SDSMAS	Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Ação Social
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

ÍNDICE DE TABELAS, FIGURAS E IMAGENS

Tabela 1. Tabela de amostra para discussões em grupos focais	43
Tabela 2. Divisão administrativa do distrito de Mabalane	46

RESUMO

A presente dissertação busca analisar as percepções comunitárias sobre a sua participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário no distrito de Mabalane. Neste trabalho, problematizamos os modelos comuns de desenho de projectos de desenvolvimento que colocam barreiras à participação comunitária efectiva, baseando-se em pressupostos globais que às vezes não encontram enquadramento nas realidades onde os projectos são implementados. Em termos metodológicos, o estudo é de tipo qualitativo e o método de procedimento foi estudo de caso. Definimos como técnicas de recolha de dados as entrevistas semi-estruturadas, discussões em grupos focais e pesquisa bibliográfica. Com recurso a teoria de desenvolvimento comunitário de Maria Luiza de Souza (2002), a análise de dados permitiu obter os seguintes resultados: (i) embora os membros da comunidade reconheçam que as decisões são tomadas pelas ONGs sem consulta, alguns expressaram não se oporem a essa dinâmica, sob o argumento de que as organizações detêm maior conhecimento técnico; (ii) constatou-se alguma percepção crítica do papel das ONGs no desenvolvimento comunitário, olhando para estas como organizações cuja finalidade consiste na justificação ascendente de fundos aos doadores, e não necessariamente a promoção genuína de desenvolvimento; (iii) a vulnerabilidade extrema vivida pelas comunidades gera um tipo de engajamento caracterizado por adesão passiva, motivada mais pela expectativa de benefícios imediatos; (iv) a posição de vulnerabilidade, apesar de real, por vezes pode ser mobilizada discursivamente pelas comunidades como forma de justificar a não participação activa. As conclusões desta dissertação, sugerem a validação da hipótese segundo a qual as comunidades de Tsocate e Kokwe percebem a sua participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário como limitada e marcada por adesão passiva, influenciada pela vulnerabilidade relacionada à insegurança alimentar e por factores culturais.

Palavras-chave: Percepções comunitárias, Participação no desenho de projectos, Desenvolvimento comunitário, Distrito de Mabalane.

ABSTRACT

This dissertation seeks to analyze community perceptions of participation in the design of community development projects in Mabalane District. The study problematizes the common models of project design that create barriers to effective community participation, as they are often based on global assumptions that do not always align with the local realities where projects are implemented. Methodologically, this is a qualitative study, and the procedural method adopted was the case study. The data collection techniques included semi-structured interviews, focus group discussions, and bibliographic research. Drawing on Maria Luiza de Souza's (2002) theory of community development, the data analysis generated the following results: (i) although community members acknowledge that decisions are made by NGOs without consultation, some expressed no opposition to this dynamic, arguing that organizations possess greater technical expertise; (ii) a critical perception of the role of NGOs in community development was observed, with these organizations being viewed as entities primarily concerned with upward accountability to donors rather than with the genuine promotion of development; (iii) the extreme vulnerability experienced by communities generates a form of engagement characterized by passive adherence, driven mainly by the expectation of immediate benefits; (iv) the position of vulnerability, while real, can at times be discursively mobilized by communities as a means to justify their lack of active participation. The findings validate the hypothesis that the communities of Tsocate and Kokwe perceive their participation in the design of community development projects as limited and marked by passive adherence, influenced by vulnerability related to food insecurity and by cultural factors.

Keywords: Community Perception; Participation in the development of projects, Community development, Mabalane district.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação propõe-se a analisar as percepções das comunidades locais sobre a participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário no distrito de Mabalane. Para o efeito, foram exploradas duas dimensões principais: (i) a participação comunitária no processo de desenho e planificação dos projectos, e (ii) o engajamento e a colaboração comunitária na fase de implementação. A primeira dimensão descreve como se configura o processo de desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento, bem como analisa criticamente as percepções dos actores comunitários quanto à sua participação nesse processo. A segunda dimensão centra-se na forma como ocorre o engajamento e a colaboração da comunidade ao longo da fase de implementação dos referidos projectos. Apesar da centralidade atribuída à participação comunitária nos projectos de desenvolvimento, evidências empíricas sugerem que o envolvimento das comunidades locais é frequentemente limitado às fases de implementação, com reduzida influência nos processos de desenho e tomada de decisão. Esta discrepância levanta questões sobre a natureza e a qualidade da participação promovida, bem como sobre as percepções das próprias comunidades acerca do seu papel nesses processos. No contexto do distrito de Mabalane, permanece pouco explorado como as comunidades interpretam e experienciam a sua participação no desenho e implementação dos projectos de desenvolvimento comunitário.

A discussão sobre a “participação comunitária” vem assumindo centralidade no debate sobre o desenvolvimento social desde meados do século XX, sendo mobilizada em distintos contextos e com múltiplas interpretações. Segundo Cornwall (2008), a participação pode assumir diferentes significados, variando entre formas institucionalizadas e controladas e outras que emergem como expressão de contestação e reivindicação por parte dos grupos sociais, especialmente em contextos marcados por relações de poder assimétricas.

A institucionalização da participação comunitária como abordagem no campo do desenvolvimento foi fortemente impulsionada pelo Programa de Participação Popular (PPP) da Organização das Nações Unidas (ONU), no início da década de 1970, bem como pelas subsequentes publicações que sistematizaram tanto suas bases conceituais como os desafios de sua implementação (Harris, 2003). Para Gohn (2019), o interesse pela participação decorre, em grande medida, do descontentamento com a exclusão das populações dos processos decisórios e das limitações dos modelos tradicionais de representação democrática. Por sua vez, Rijal (2023) destaca que a participação da comunidade ajuda a

criar um governo mais transparente, responsável, inclusivo e sensível às necessidades e aspirações do povo. Nessa linha, Rachield e Begun (2016) argumentam que a participação comunitária é um componente essencial para o êxito de projectos de desenvolvimento, pois possibilita que as intervenções reflitam melhor os anseios e realidades da população. Paul (citado por Bamberger, 1986), define a participação como um processo por meio do qual indivíduos, famílias ou comunidades influenciam a direção e a execução de projectos de desenvolvimento, e não apenas se beneficiam passivamente dos seus resultados, com vista à melhoria do seu bem-estar. Esta concepção é ampliada pelo Banco Mundial (1996), segundo o qual a participação corresponde a um processo que permite às partes interessadas exercer influência e partilhar o controlo sobre iniciativas de desenvolvimento, incluindo as decisões e os recursos que lhes dizem respeito. Tal definição destaca que a participação vai além da mera consulta ou partilha de benefícios, abrangendo a cooperação activa, a capacitação e o fortalecimento das capacidades locais, elementos fundamentais para a sustentabilidade dos projectos (Paul, 1987).

Begun (2015) alerta que barreiras socioculturais e dinâmicas políticas influenciam decisivamente os níveis e a qualidade da participação. De forma similar, Okello et al. (2009) observam que a planificação dos projectos tende a estar concentrada nos centros urbanos e institucionais, deixando as populações locais à margem das decisões. Nesse contexto, a comunidade é muitas vezes chamada apenas para a fase de execução, sem ter exercido qualquer influência sobre o conteúdo e o desenho das iniciativas. Mosse (2005) aprofunda essa crítica ao afirmar que, na prática do desenvolvimento, a participação comunitária frequentemente serve mais à legitimação das intervenções e à mobilização da força de trabalho do que ao empoderamento dos actores locais. Para o autor, os discursos participativos produzem a ilusão de inclusão, enquanto perpetuam lógicas institucionais já consolidadas e estruturas de dominação.

A fundamentação teórica da pesquisa apoia-se na teoria do desenvolvimento comunitário de Maria Luiza de Souza, que propõe uma abordagem baseada na valorização dos saberes locais, da realidade vivida e do protagonismo das comunidades como sujeitos históricos. A autora critica os modelos de desenvolvimento centrados na imposição de soluções externas (top-down) e defende um processo dialógico, participativo e emancipador. Entre os seus principais pressupostos, destaca-se a valorização do protagonismo local, o reconhecimento das assimetrias de poder nos processos participativos e a necessidade de promover formas de participação que transcendam a consulta, caminhando para níveis mais activos e

deliberativos. Contudo, esta abordagem não está isenta de limitações, sendo frequentemente criticada por assumir condições ideais de participação que nem sempre se verificam em contextos marcados por vulnerabilidade socioeconómica e dependência externa. Adicionalmente, alguns autores argumentam que a ênfase normativa na participação pode obscurecer práticas em que o envolvimento comunitário é instrumentalizado por actores externos. Neste contexto, o objectivo geral da presente pesquisa consiste em analisar as percepções das comunidades de Tsocate e Kokwe, no distrito de Mabalane, quanto à sua participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário. Busca-se analisar não apenas os modos como essa participação é percebida e vivida, mas também as contradições presentes nas práticas participativas promovidas pelas ONGs. Do ponto de vista científico, esta dissertação busca contribuir para o aprofundamento do conhecimento no domínio das ciências sociais, em particular no campo da sociologia do desenvolvimento, ao abordar criticamente a participação comunitária como um fenómeno complexo e pluridimensional. Neste sentido, o estudo interroga como as comunidades se posicionam frente a processos que frequentemente as colocam em situação de subalternidade, ainda que envolvam discursos inclusivos.

O estudo foi orientado por uma abordagem qualitativa, a qual possibilitou a combinação de técnicas como grupos focais, entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e revisão bibliográfica. O trabalho de campo foi conduzido nas comunidades de Kokwe e Tsocate, ambas situadas no distrito de Mabalane.

Em termos de estrutura, a dissertação é composta por quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se o estado da arte, abordando os principais debates teóricos e empíricos acerca da participação comunitária no desenho e na implementação de projectos de desenvolvimento comunitário, seguido da formulação do problema de pesquisa. No segundo capítulo, são apresentados os objectivos da pesquisa e o enquadramento teórico-conceitual, incluindo a teoria orientadora e os conceitos centrais. No terceiro capítulo, discutem-se os aspectos metodológicos, incluindo o tipo de estudo, os métodos, as técnicas de colecta e análise de dados, a população e a amostragem, bem como as considerações éticas e as limitações do estudo. O quarto capítulo é dedicado à análise e interpretação dos resultados, articulando-os com o referencial teórico que orienta o estudo. Por fim, apresentam-se as principais conclusões e recomendações, seguidas das referências bibliográficas, dos anexos e dos apêndices.

CAPÍTULO 1: ESTADO DA ARTE

Nesta secção, trazemos os estudos relevantes sobre a participação comunitária no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário, incluindo a evolução da participação comunitária a nível global, a nível da África com especial enfoque a países em vias de desenvolvimento, bem como a nível de Moçambique.

1.1.1. Conceitos e tipos de participação comunitária

A participação comunitária constitui um conceito central no campo do desenvolvimento, sendo amplamente associada à promoção da inclusão, da apropriação local e da sustentabilidade das intervenções. De acordo com Paul (1987), a participação refere-se ao processo através do qual indivíduos ou comunidades influenciam as decisões e a implementação de projectos que afectam as suas vidas. De forma complementar, Uphoff (1985) define a participação como o envolvimento dos beneficiários em diferentes fases do ciclo do projecto, incluindo a identificação de problemas, a tomada de decisão, a implementação e a avaliação. Esta perspectiva destaca a importância de uma participação contínua ao longo de todo o processo de desenvolvimento, e não apenas em momentos pontuais. Por sua vez, Chambers (1994) enfatiza a participação como um processo de empoderamento, no qual os indivíduos marginalizados adquirem maior controlo sobre as decisões e recursos que influenciam as suas vidas. Para o autor, a participação implica uma mudança nas relações de poder, favorecendo abordagens mais inclusivas e centradas nos saberes locais.

Embora partilhem a ideia de que a participação pressupõe o envolvimento activo das comunidades nos processos de desenvolvimento, estes autores diferenciam-se ao enfatizar dimensões específicas: Paul destaca a influência nas decisões, Uphoff sublinha a participação ao longo de todo o ciclo do projecto, enquanto Chambers foca nas dinâmicas de poder e no empoderamento dos actores locais.

Pimbert e Pretty (1995), citando Pretty (1994), classificam a participação tendo em conta os diversos tipos ou maneiras como as instituições de desenvolvimento interpretam e usam o termo participação:

1. **Participação passiva:** as pessoas participam sabendo o que vai acontecer ou o que já aconteceu. É uma decisão unilateral, sem qualquer tipo de consulta ou diálogo entre as partes, pois não são consideradas as respostas das pessoas.

2. **Participação na prestação de informações:** neste tipo, as pessoas participam respondendo a perguntas formuladas através de questionários fechados. Os métodos não são discutidos, portanto, as pessoas não os podem influenciar e não há retorno de dados ou de resultados.
3. **Participação por consulta:** as pessoas participam sendo consultadas por agentes externos, os quais definem problemas e as soluções, podendo modifica-las na base da consulta, mas sem partilhar a tomada de decisão.
4. **Participação por incentivos materiais:** as pessoas participam fornecendo recursos como mão-de-obra em troca de alimentos, dinheiro, equipamentos, sementes ou outra forma de incentivo material. Porém, quando os incentivos terminam, o entusiasmo em participar desaparece.
5. **Participação funcional:** as pessoas participam formando grupos para atender a objectivos pré-determinados e definidos por agentes externos. Estes grupos, em geral, não acontecem nas fases iniciais do projecto, mas em momentos específicos, o que faz com as pessoas dependem dos facilitadores, e às vezes se tornam auto dependentes.
6. **Participação interactiva:** as pessoas participam da análise de forma conjunta, contribuindo para a concepção de planos de acção, que podem dar origem a formações de novos grupos, ou mesmo o reforço dos já existentes. Estes grupos têm de assumir o comando das decisões locais. Nestes casos, é notório o envolvimento de metodologias interdisciplinares e sistemas de aprendizado estruturados, o que faz com as pessoas tenham mais interesses em participar e na manutenção da estrutura ou prática.
7. **Participação por auto-mobilização:** as pessoas, neste caso, participam tomando iniciativas para mudar os sistemas independentemente de instituições externas. Esta mobilização ou acção colectivo, pode não mudar a situação actual de distribuição desigual de renda e de poder.

Esta diversidade de formas evidencia que nem toda participação é necessariamente transformadora, sendo fundamental analisar não apenas a sua existência, mas também a sua qualidade e profundidade. A Participação é, portanto, um feito de liberdade, pois, as pessoas são chamadas, mas, participar ou não, é uma escolha, uma preferência, é uma decisão de cada um, que resulta do quão as pessoas se vêm como responsáveis e capazes de gerar mudanças. Em vista disso, Luchmann (2006), advoga que: “Se as pessoas sabem que existe

uma brecha para a participação efectiva no processo de tomada de decisões, elas presumivelmente reconhecerão que a participação compensa, e isso as tornarão mais motivados e confiantes”.

Tabela 1. Mecanismos de participação

Mecanismo de Participação	Descrição	Finalidade Principal
Reuniões Comunitárias	Encontros presenciais entre comunidade e promotores do projecto para discussão de problemas, prioridades e actividades.	Facilitar diálogo e consulta comunitária.
Grupos Focais (FGDs)	Discussões estruturadas com grupos específicos da comunidade sobre temas de interesse comum.	Recolha de percepções, experiências e opiniões.
Assembleias Comunitárias	Espaços colectivos e públicos de deliberação envolvendo diferentes membros da comunidade.	Promover tomada de decisão colectiva e transparência.
Comités Comunitários	Estruturas representativas criadas para acompanhar ou apoiar a implementação dos projectos.	Representação local e articulação com instituições externas.
Consultas Públicas	Processos formais de auscultação das comunidades sobre decisões ou intervenções propostas.	Obter contribuições e legitimidade social.
Planeamento Participativo	Envolvimento da comunidade na identificação de necessidades, definição de prioridades e elaboração de planos.	Garantir maior adequação dos projectos às realidades locais.
Monitoria Comunitária	Participação da comunidade no acompanhamento da implementação e avaliação das actividades do projecto.	Reforçar accountability e transparência.
Audiências Públicas	Sessões abertas onde autoridades ou organizações apresentam informações e recebem questionamentos da população.	Promover transparência e diálogo social.
Representação por Líderes Comunitários	Participação mediada por representantes tradicionais ou comunitários.	Facilitar comunicação entre comunidade e actores externos.
Mobilização Comunitária	Estratégias para envolver activamente a população em acções colectivas e iniciativas locais.	Incentivar engajamento e apropriação comunitária.

Fonte: Adaptado de Chambers (1994); Gaventa (2006); Banco Mundial (1996); Uphoff (1985).

1.1.2. Teorias da Participação Comunitária

A literatura sobre participação comunitária é marcada por diferentes abordagens teóricas que reflectem visões distintas sobre o papel das comunidades nos processos de desenvolvimento. De forma geral, estas abordagens emergem como uma crítica aos modelos tradicionais de desenvolvimento centrados numa lógica top-down, caracterizados pela imposição de

soluções externas e pela marginalização dos saberes locais. Neste contexto, autores como Chambers (1994) defendem a necessidade de inverter as relações de poder, promovendo processos participativos que valorizem o conhecimento local e o protagonismo das comunidades.

No entanto, a literatura contemporânea evidencia que a participação não deve ser entendida como um conceito homogêneo ou normativamente positivo. Cornwall (2008) argumenta que a participação pode assumir tanto formas emancipatórias como instrumentais, dependendo das dinâmicas institucionais e dos contextos sociopolíticos em que se insere. Nesta perspectiva, a participação é concebida como um campo de disputa, no qual diferentes actores, nomeadamente comunidades, organizações não-governamentais e instituições públicas, negociam interesses, recursos e poder.

Complementarmente, Gaventa (2006) propõe uma abordagem centrada nas relações de poder, introduzindo o conceito de “espaços de participação”. O autor distingue entre espaços fechados, nos quais as decisões são tomadas sem envolvimento público; espaços convidados, criados por instituições para incluir actores externos; e espaços reclamados, construídos pelas próprias comunidades como formas de reivindicação e resistência. Esta tipologia permite compreender como as oportunidades de participação são estruturadas e, muitas vezes, limitadas por factores institucionais.

Adicionalmente, Uphoff (1985) enfatiza a importância de analisar a participação ao longo do ciclo dos projectos, argumentando que o envolvimento efectivo das comunidades deve ocorrer desde a identificação dos problemas até à avaliação das intervenções. Esta abordagem reforça a ideia de que a participação não se limita à implementação, mas constitui um processo contínuo e multidimensional. Por outro lado, abordagens críticas questionam a eficácia e a autenticidade dos processos participativos. Cooke e Kothari (2001) alertam para o risco de a participação ser utilizada como instrumento de legitimação de decisões previamente definidas, ocultando relações de poder desiguais. Nesta linha, a participação pode ser mais simbólica do que substantiva, contribuindo para a reprodução de estruturas de dominação. No geral, as diferentes abordagens teóricas convergem na ideia de que a participação comunitária é um fenómeno complexo, que não pode ser analisado apenas como um mecanismo técnico de envolvimento, mas como um processo profundamente influenciado por relações de poder, contextos institucionais e dinâmicas sociais. Esta compreensão é fundamental para analisar criticamente as práticas participativas em contextos concretos, como o que é explorado no presente estudo.

1.1.3. Limitações e constrangimentos da participação comunitária

Apesar do reconhecimento da participação comunitária como um princípio central nas abordagens contemporâneas de desenvolvimento, a sua operacionalização enfrenta diversas limitações e constrangimentos de natureza estrutural, institucional e sociocultural. Longe de constituir um processo neutro, a participação é frequentemente moldada por relações de poder que condicionam o grau de influência efectiva das comunidades nos processos decisórios. Um dos principais constrangimentos refere-se às assimetrias de poder entre actores externos, como organizações não-governamentais, agências de cooperação e instituições governamentais, e as comunidades locais. Conforme argumentam Cooke e Kothari (2001), a participação pode ser utilizada como uma forma de legitimação de decisões previamente definidas, funcionando mais como um mecanismo de controlo do que como um espaço de deliberação efectiva. Neste sentido, os processos participativos podem reforçar, em vez de desafiar, estruturas de poder existentes. De forma complementar, Mosse (2005) sustenta que a participação, na prática, tende a desempenhar um papel instrumental na implementação dos projectos, sendo mobilizada para garantir adesão local e facilitar a execução das actividades, sem necessariamente promover o empoderamento das comunidades. Para o autor, os discursos participativos produzem uma aparência de inclusão que nem sempre se traduz em influência real sobre as decisões.

Para além das dimensões institucionais, factores socioculturais também desempenham um papel determinante. Normas de género, hierarquias tradicionais, níveis de escolaridade e desigualdades económicas influenciam quem participa, como participa e com que capacidade de influência. Como destaca Cornwall (2008), a participação não ocorre em contextos sociais neutros, sendo profundamente condicionada pelas dinâmicas locais de poder e exclusão. Adicionalmente, constrangimentos operacionais e institucionais, como prazos rígidos, exigências dos financiadores e modelos padronizados de intervenção, tendem a limitar a participação a momentos específicos do ciclo do projecto, particularmente na fase de implementação. Uphoff (1985) já alertava para o facto de que a exclusão das comunidades das fases iniciais, como a identificação de problemas e o desenho das intervenções, compromete significativamente a qualidade e a sustentabilidade dos projectos.

Outro aspecto relevante refere-se à natureza frequentemente simbólica da participação. Em muitos contextos, as comunidades são envolvidas em processos de consulta que não garantem a incorporação das suas contribuições, resultando numa participação mais formal do que substantiva. Pretty (1995) caracteriza estas formas como participação passiva ou

consultiva, nas quais o envolvimento dos actores locais não se traduz em poder efectivo de decisão. Em síntese, as limitações da participação comunitária evidenciam que a sua eficácia depende não apenas da sua inclusão formal nos projectos, mas da qualidade dos processos participativos e da redistribuição efectiva de poder entre os diferentes actores.

Esta compreensão é fundamental para analisar criticamente as práticas participativas e para evitar a sua redução a um instrumento meramente operacional, desprovido de potencial transformador.

1.1.4. Participação comunitária a nível global

De acordo com Begun e Rashield (2016), a emergência da participação comunitária como abordagem do desenvolvimento social foi reforçada pelo Programa de Participação Popular (PPP) das Nações Unidas no início dos anos 70 e pelas subsequentes publicações sobre o assunto, onde algumas centram-se na sua relação com o desenvolvimento comunitário e outras sobre o conceito e a sua aplicação. No final dos anos 70, a ideia de participação popular deu origem a um conceito mais específico de participação comunitária. Assim, a participação tornou-se uma agenda popular nas iniciativas de desenvolvimento para os governos, e uma abordagem amplamente adoptada pelas ONG na implementação de projectos no mundo em desenvolvimento.

A crescente valorização da participação comunitária esteve associada ao reconhecimento das limitações dos modelos tradicionais de desenvolvimento, caracterizados por abordagens centralizadas e orientadas de forma vertical (top-down), nas quais as populações locais eram frequentemente tratadas como meras beneficiárias passivas das intervenções. Neste contexto, organismos internacionais e agências de cooperação passaram a defender a necessidade de maior envolvimento das comunidades nos processos de identificação de problemas, planificação, implementação e avaliação dos projectos de desenvolvimento.

Segundo Chambers (1994), a participação comunitária ganhou relevância global como parte de uma tentativa de tornar os processos de desenvolvimento mais inclusivos, valorizando os conhecimentos locais e promovendo maior proximidade entre as intervenções e as necessidades reais das populações. O autor argumenta que os métodos participativos procuravam inverter as relações tradicionais de poder no desenvolvimento, dando voz aos grupos historicamente marginalizados.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a participação comunitária consolidou-se como um princípio fundamental nas políticas de desenvolvimento promovidas por instituições como o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e

diversas organizações não-governamentais internacionais. A participação passou a ser associada não apenas à eficiência e sustentabilidade dos projectos, mas também à promoção da cidadania, da inclusão social e da governação democrática. Entretanto, a expansão global das abordagens participativas também foi acompanhada por críticas. Cornwall (2008) observa que, em muitos casos, a participação foi incorporada de forma instrumental pelas instituições de desenvolvimento, sendo utilizada mais como requisito formal de legitimidade do que como mecanismo efectivo de redistribuição de poder. De forma semelhante, Mosse (2005) argumenta que os discursos participativos frequentemente ocultam relações de poder assimétricas entre actores externos e comunidades locais.

Apesar destas críticas, a participação comunitária continua a ocupar um lugar central nos debates e práticas do desenvolvimento contemporâneo, sendo amplamente reconhecida como um elemento importante para fortalecer a apropriação local, a transparência, a prestação de contas e a sustentabilidade das intervenções sociais.

1.1.5. Participação comunitária a nível dos países em vias de desenvolvimento

A participação comunitária passou a ocupar um lugar de destaque nos debates sobre governação e desenvolvimento nos PVDs, particularmente em África, particularmente a partir das reformas de descentralização e governação participativa impulsionadas durante as décadas de 1990 e 2000. Influenciados por agendas internacionais como a Agenda 21, adoptada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, diversos países africanos passaram a incorporar princípios de participação comunitária nos seus quadros legais e políticas públicas. Estas reformas procuravam aproximar os cidadãos dos processos de tomada de decisão, fortalecer a governação local e promover maior responsabilização na gestão dos recursos públicos (Blair, 2002; Sirker & Cosic, 2007).

Contudo, embora a participação comunitária tenha sido formalmente integrada em diferentes políticas e reformas institucionais no continente, a sua implementação prática continua marcada por diversos desafios. Em muitos contextos africanos, o envolvimento das comunidades nos processos de desenvolvimento permanece limitado, sobretudo nas fases de definição de prioridades e tomada de decisão, verificando-se frequentemente uma participação mais consultiva ou instrumental do que efectiva.

Em diferentes países africanos, a participação comunitária assumiu trajectórias específicas, fortemente influenciadas pelos contextos históricos, políticos e institucionais. Na África do

Sul, por exemplo, os debates sobre participação ganharam maior visibilidade durante o período de resistência ao regime do apartheid, particularmente entre 1984 e 1989, fase marcada pela intensificação das mobilizações sociais e pela reivindicação de maior inclusão política. Posteriormente, entre 1990 e 1994, o processo de transição democrática favoreceu a legitimação dos movimentos de libertação e impulsionou a construção de mecanismos participativos orientados para a reconstrução do Estado e da governação local.

Neste contexto, destacam-se o Programa de Reconstrução e Desenvolvimento de 1994 e a Constituição sul-africana de 1996, ambos considerados marcos importantes na institucionalização da participação comunitária no país. O primeiro procurou promover processos de reconstrução social com envolvimento das comunidades, enquanto a Constituição estabeleceu mecanismos de participação pública na governação local e no planeamento do desenvolvimento. Segundo Williams (2006), o período pós-apartheid foi caracterizado por importantes reformas legislativas e administrativas destinadas a descentralizar os serviços públicos e ampliar a participação dos cidadãos na governação.

No sector da saúde, a Lei Nacional de Saúde da África do Sul de 2003 procurou reforçar esta abordagem participativa através da criação de comissões de saúde, conselhos hospitalares e conselhos distritais de saúde como estruturas de governação local. As províncias passaram a ser responsáveis pela criação de mecanismos de participação ao nível das unidades sanitárias e centros comunitários de saúde. Apesar destes avanços institucionais, diversos estudos apontam para desafios persistentes relacionados com a implementação efectiva da participação comunitária, incluindo limitações de capacidade institucional, desigualdades sociais e reduzida influência das comunidades nos processos de decisão.

No Uganda, as reformas implementadas durante a década de 1990 estiveram fortemente associadas aos processos de descentralização política e administrativa. A Constituição ugandesa procurou promover maior participação dos cidadãos na governação local, sobretudo através da criação dos Conselhos de Resistência, posteriormente transformados em conselhos locais. Estes órgãos passaram a desempenhar funções relacionadas com a prestação de serviços públicos, planeamento local e mobilização comunitária (Muhwezi & Wilson, 2019). Entretanto, apesar do discurso favorável à descentralização e participação, diversos autores argumentam que o processo ugandês permaneceu limitado pela ausência de uma descentralização fiscal efectiva, uma vez que os recursos financeiros continuaram fortemente controlados pelo governo central, particularmente pelo Ministério das Finanças.

Esta situação reduziu significativamente a autonomia dos governos locais e limitou a capacidade das comunidades influenciarem efectivamente as decisões relacionadas com o desenvolvimento local.

No Quénia, as reformas constitucionais introduzidas em 2010 representaram um marco importante na promoção da participação comunitária e da descentralização. A nova Constituição passou a reconhecer explicitamente o direito dos cidadãos de participarem nos processos de tomada de decisão e na gestão dos assuntos públicos, reforçando princípios de auto-governança e desenvolvimento local. Segundo Bosire (2013), estas reformas surgiram como resposta às limitações históricas associadas aos modelos altamente centralizados de governação adoptados no país durante décadas.

Neste contexto, o governo queniano passou a implementar mecanismos orientados para a descentralização administrativa e financeira, incluindo a criação de estruturas locais de tomada de decisão e fundos descentralizados para o desenvolvimento comunitário. Estas reformas procuravam aumentar a proximidade entre o Estado e as comunidades, permitindo maior participação dos cidadãos na definição das prioridades locais e na gestão dos recursos públicos. De forma geral, a experiência africana demonstra que, embora a participação comunitária tenha sido amplamente incorporada nos discursos e reformas institucionais, persistem desafios significativos relacionados com a sua implementação efectiva. Em muitos casos, observa-se uma discrepância entre os mecanismos formais de participação previstos nas políticas públicas e a real capacidade das comunidades influenciarem os processos de decisão e desenvolvimento local.

1.1.6. Participação Comunitária em Moçambique

A participação comunitária em Moçambique ganhou maior visibilidade no período pós-independência, particularmente no contexto das reformas políticas, económicas e administrativas introduzidas a partir da década de 1990. Segundo Dias (2014), os processos participativos foram inicialmente implementados de forma limitada, através de modelos de envolvimento dos cidadãos que nem sempre promoviam mudanças profundas nas dinâmicas locais de governação e tomada de decisão. Durante os primeiros anos após a independência, o modelo de desenvolvimento adoptado pelo Estado moçambicano caracterizou-se por uma forte centralização da planificação e controlo das iniciativas de desenvolvimento. Conforme argumenta Francisco (2012), este modelo foi profundamente condicionado pelo contexto histórico e político do país, marcado pela guerra civil, pelas crises económicas e pelas

calamidades naturais, factores que comprometeram significativamente os esforços de reconstrução nacional e desenvolvimento local.

Com o fim do conflito armado e da fase de emergência humanitária, Moçambique iniciou um processo gradual de reformas orientadas para a descentralização e promoção da participação comunitária. Neste contexto, diversos programas de desenvolvimento passaram a incorporar componentes participativas, fortemente influenciados pelas exigências dos parceiros internacionais de cooperação e pelas agendas globais de boa governação. Segundo Vala (2007), a descentralização e a participação comunitária passaram a ser apresentadas como mecanismos importantes para aproximar o Estado dos cidadãos, promover o desenvolvimento local e fortalecer a inclusão das populações nos processos de tomada de decisão.

Entretanto, diversos autores observam que a institucionalização da participação comunitária em Moçambique foi fortemente influenciada pelos doadores internacionais e pelas reformas promovidas no âmbito dos programas de ajustamento estrutural. Dias (2014) destaca que a significativa dependência do financiamento externo condicionou a adopção de políticas voltadas para a descentralização, transparência e participação dos cidadãos nos assuntos públicos. Neste contexto, a participação comunitária passou a ser frequentemente incorporada como requisito para implementação de projectos financiados por parceiros internacionais. Na perspectiva de Francisco (2011), muitas organizações passaram a adoptar discursos participativos sem que isso significasse necessariamente uma redistribuição efectiva do poder de decisão para as comunidades locais. Em muitos casos, a população era mobilizada sobretudo para contribuir com mão-de-obra local na construção de infraestruturas comunitárias, sem participação efectiva na definição das prioridades e no desenho das intervenções. Esta realidade contribuiu para a consolidação de formas de participação mais instrumentais do que deliberativas.

Do ponto de vista institucional e legal, a participação comunitária em Moçambique ganhou maior formalização com a implementação das reformas de descentralização e governação local. A Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE), aprovada pela Lei n.º 8/2003, procurou reforçar os mecanismos de participação dos cidadãos na administração pública local, reconhecendo a importância do envolvimento das comunidades na planificação, implementação e monitoria das políticas públicas ao nível distrital e local. No âmbito destas reformas, foram criados diferentes mecanismos de participação comunitária, incluindo conselhos locais, comités comunitários, fóruns consultivos e estruturas de governação

participativa ao nível distrital. Segundo Vala (2007), estes espaços foram concebidos como instrumentos de consulta e diálogo entre o Estado e as comunidades, permitindo maior envolvimento da população na definição das prioridades locais de desenvolvimento.

Os conselhos locais, particularmente ao nível distrital, passaram a desempenhar um papel relevante nos processos de planificação participativa, especialmente no contexto dos planos distritais de desenvolvimento e dos mecanismos de financiamento local. Paralelamente, os comités comunitários foram amplamente promovidos em sectores como saúde, educação, agricultura, gestão de recursos naturais e desenvolvimento rural, funcionando como estruturas de articulação entre as comunidades e as instituições públicas ou organizações implementadoras de projectos. Apesar destes avanços institucionais, diversos estudos apontam para persistentes limitações na efectividade da participação comunitária em Moçambique. Vala (2007) observa que muitos mecanismos participativos continuam marcados por reduzida capacidade deliberativa, fraca representatividade e forte influência das autoridades políticas e administrativas locais. De forma semelhante, Dias (2015) argumenta que a dependência financeira externa e a centralização de determinadas decisões continuam a limitar a autonomia efectiva das comunidades nos processos de desenvolvimento.

Neste contexto, a participação comunitária em Moçambique revela-se um fenómeno complexo e contraditório, marcado simultaneamente por avanços institucionais importantes e por limitações relacionadas com relações de poder, dependência externa e fragilidades dos mecanismos locais de participação.

1.1.7. Experiências de participação comunitária em Moçambique

Apesar das limitações observadas nos processos participativos em Moçambique, algumas iniciativas têm sido apresentadas como exemplos relevantes de fortalecimento do envolvimento comunitário na gestão do desenvolvimento local. Entre estas experiências, destaca-se o mecanismo de canalização de parte das receitas provenientes da exploração de recursos naturais para as comunidades locais. No âmbito das reformas de gestão dos recursos naturais, o Estado moçambicano introduziu mecanismos destinados a assegurar que uma percentagem das receitas geradas pela exploração florestal, faunística e mineira fosse revertida para as comunidades afectadas pelas actividades extractivas. Neste contexto, foi estabelecida a canalização de 2,75% das receitas da exploração mineira e petrolífera para as

comunidades locais, com o objectivo de promover benefícios directos, desenvolvimento comunitário e maior inclusão das populações nos processos de gestão dos recursos naturais. Segundo Vala (2007), este mecanismo representou um avanço importante no reconhecimento do papel das comunidades locais na governação dos recursos naturais e no desenvolvimento territorial. Em algumas comunidades, os recursos provenientes destas receitas permitiram financiar iniciativas locais, incluindo construção de infraestruturas comunitárias, apoio à agricultura, abastecimento de água e outras prioridades definidas localmente.

Paralelamente, diversos programas de desenvolvimento rural implementados em Moçambique passaram a incorporar mecanismos participativos através de conselhos locais, fóruns consultivos e comités comunitários, particularmente nos sectores da agricultura, gestão de recursos naturais, saúde e educação. Estas estruturas procuravam criar espaços de diálogo entre o Estado, organizações implementadoras e comunidades locais, promovendo maior envolvimento dos cidadãos na identificação de necessidades e definição de prioridades.

Contudo, embora estas iniciativas representem avanços importantes, diversos estudos apontam que os seus resultados permanecem desiguais entre diferentes contextos. Segundo Mosca e Selemene (2011), persistem desafios relacionados com a transparência na gestão dos fundos comunitários, capacidade limitada dos comités locais, influência político-partidária e reduzida autonomia das comunidades na tomada de decisão. Assim, mesmo nos casos considerados relativamente positivos, a participação comunitária continua marcada por tensões entre inclusão formal e influência efectiva. Ainda assim, estas experiências demonstram que, quando acompanhadas por mecanismos de transparência, fortalecimento institucional local e maior autonomia comunitária, as abordagens participativas podem contribuir para ampliar o envolvimento das populações nos processos de desenvolvimento local.

1.1.8. Compreender a percepção comunitária para encorajar a participação

De acordo com Madise e Essendi (2014), para encorajar a participação da comunidade no desenvolvimento, é importante compreender as principais variáveis que influenciam a percepção da comunidade local relativamente às barreiras e benefícios da participação da comunidade. Como tal, medir os pontos de vista subjectivos e as percepções dos benefícios e barreiras da participação comunitária é importante para compreender porque é que as

peças escolhem ou não participar em iniciativas de desenvolvimento. Na ausência de saber o que as pessoas percebem como limites ao seu envolvimento comunitário, os líderes de organizações sem fins lucrativos, como as ONGs, ficam a adivinhar porque é que as pessoas não participam (Torgerson e Edwards, 2012). Isto sublinha a necessidade de compreender as percepções da comunidade relativamente aos benefícios e barreiras da participação comunitária.

Grande parte da literatura sobre participação comunitária tem-se centrado na clarificação do conceito (Chambers, 2007; Hodgkinson, 2004; Stukas & Dunlap, 2002), na avaliação dos benefícios da participação para os indivíduos envolvidos (Liu & Besser, 2003; McBride et al., 2006), nos factores que influenciam a participação (Dorsner, 2004) e nas críticas e desafios das abordagens participativas (Hayward et al., 2004; Cornwall, 2009). Embora estas questões sejam importantes, torna-se igualmente relevante compreender as percepções das comunidades relativamente aos benefícios e barreiras da participação comunitária. As percepções são importantes para medir o bem-estar humano (Woodhouse et al., 2015), compreender e influenciar o comportamento humano (Ajzen, 1991) e obter o apoio das partes interessadas (Gurney et al., 2015), que são fundamentais para a participação da comunidade em iniciativas de desenvolvimento. Como tal, o reconhecimento dos benefícios e barreiras percebidos da participação comunitária no desenvolvimento é importante para a implementação e gestão bem-sucedidas de projectos financiados pelo governo e por doadores.

Dado o crescente interesse pela participação da comunidade, é importante compreender porque é que as pessoas escolhem participar em iniciativas de desenvolvimento, e os benefícios e barreiras percebidos. Uma boa compreensão da percepção da comunidade sobre os benefícios e as barreiras à participação comunitária ajuda os líderes comunitários a identificar potenciais desafios e a enfrentá-los, e a conceber estratégias adequadas para incentivar os membros a participar.

1.1.9. Participação comunitária e sua importância para o desenvolvimento local

De acordo com Paul (1987), participação comunitária (PC) pode ser vista como um processo que serve a um ou mais dos seguintes objectivos:

(a) No sentido mais lato, a PC pode ser considerada como um *instrumento de capacitação*. De acordo com este ponto de vista, o desenvolvimento deve conduzir a uma partilha

equitativa do poder e a um nível mais elevado de consciência política e de força das pessoas, em especial dos grupos mais fracos;

(b) A PC pode servir um objectivo mais limitado de *reforço das capacidades dos beneficiários* em relação a um projecto. Assim, os beneficiários podem participar nas tarefas de gestão do projecto, assumindo eles próprios a responsabilidade operacional por um segmento do mesmo. Por exemplo, os beneficiários podem desempenhar um papel activo no acompanhamento;

(c) A PC pode contribuir para aumentar a *eficácia do projecto*. A eficácia refere-se ao grau em que um determinado objectivo é alcançado. É útil distinguir a eficácia da eficiência, que mede a relação entre um determinado resultado e o seu custo (factores de produção). A PC tende a aumentar a eficácia do projecto quando a participação dos beneficiários contribui para uma melhor concepção e execução do projecto e conduz a uma melhor adequação dos serviços do projecto às necessidades e limitações dos beneficiários;

(d) Um quinto objectivo da PC é o desejo de *partilhar os custos* do projecto com as pessoas que serve. Assim, pode esperar-se que os beneficiários contribuam com trabalho, dinheiro ou se comprometam a manter o projecto. Os grupos de autoajuda em habitações de baixo rendimento ilustram este objectivo da PC;

(e) A PC pode melhorar a *eficiência* dos projectos. O planeamento e a execução dos projectos poderão tornar-se mais eficazes graças aos contributos atempados dos beneficiários. A PC pode ser utilizada para promover o acordo, a cooperação e a interacção entre os beneficiários e entre estes e a agência de execução do projecto, de modo a reduzir os atrasos, a facilitar o fluxo dos serviços do projecto e a minimizar os custos globais.

Na prática, os objectivos associados à participação comunitária podem sobrepor-se e manifestar-se simultaneamente em diferentes contextos de intervenção. Em muitos casos, um processo participativo procura alcançar vários objetivos ao mesmo tempo, sendo que, à medida que se avança na hierarquia desses objetivos, os níveis mais amplos tendem a integrar ou abranger metas mais específicas. No âmbito do desenvolvimento local, a participação comunitária assume um papel fundamental ao contribuir para a promoção de condições de vida mais equitativas, procurando garantir que os diferentes sectores da sociedade possam alcançar níveis mínimos de bem-estar e rendimento. Nesse sentido, Magalhães e Bittencourt (1997) destacam que as políticas públicas devem considerar as desigualdades existentes nas zonas rurais, adotando medidas diferenciadas para os grupos

mais desfavorecidos e promovendo a ampliação da capacidade produtiva dos agricultores familiares. Assim, a participação das comunidades nos processos de decisão tende a tornar as iniciativas de desenvolvimento local mais democráticas e alinhadas com as necessidades e prioridades da própria sociedade.

Os processos democráticos pressupõem a existência de papéis distintos, mas complementares, entre técnicos e membros da comunidade. Enquanto os técnicos contribuem com conhecimentos especializados, os cidadãos oferecem o seu conhecimento da realidade local e das necessidades do território. Atualmente, muitas comunidades apresentam níveis crescentes de consciência política e organizativa, o que lhes permite participar de forma mais ativa na definição das prioridades de desenvolvimento a nível local. De acordo com Kakumba e Nsingo (2008), o envolvimento das comunidades em programas de desenvolvimento rural, aliado a processos de capacitação, tem potencial para fortalecer os meios de subsistência das populações e promover trajetórias mais sustentáveis de desenvolvimento.

A participação comunitária capacita os principais beneficiários de programas ou projectos de desenvolvimento, ajudando-os a romper com uma mentalidade de dependência (Burkey, 1993:53). De acordo com Nampila (2005: 41), através da participação, a comunidade será capaz de avaliar a sua própria situação, organizar-se como um grupo poderoso e trabalhar criativamente para mudar a sociedade e construir um novo mundo. Devido à diversidade de opiniões e perspectivas de diferentes actores, a participação da comunidade ajuda a obter uma perspetiva equilibrada das questões-chave e a identificar soluções criativas para os problemas, como, por exemplo, a abordagem de parceria no planeamento.

Os membros da comunidade serão capazes de avaliar a sua própria situação, organizar-se como um grupo poderoso e trabalhar de forma criativa para mudar a sociedade e construir um novo mundo (Nampila, 2005). O autor acrescenta que o aumento das diversas capacidades dos indivíduos permite que as comunidades se mobilizem e se ajudem a si próprias, minimizando a dependência do Estado e conduzindo a uma abordagem de baixo para cima.

1.1.10. Participação comunitária e sua intensidade

De acordo com Samuel (1987), a participação comunitária pode variar na intensidade com que é procurada num determinado projecto ou numa determinada fase do projecto. É útil distinguir entre quatro níveis de intensidade de participação comunitária, embora possam coexistir diferentes níveis no mesmo projecto:

1. *Partilha de informações*: os gestores de projectos disponibilizam informações às comunidades com o objectivo de facilitar a implementação das actividades ou mobilizar a população local. Neste nível, a comunicação ocorre predominantemente de forma unilateral, não existindo necessariamente espaço para influência efectiva dos beneficiários sobre as decisões relacionadas com o projecto;
2. *Consulta*: quando os beneficiários são não só informados, mas também consultados sobre questões fundamentais em algumas ou em todas as fases do ciclo do projecto, o nível de intensidade da PC aumenta. Neste caso, os beneficiários têm a oportunidade de interagir e de dar *feedback* ao organismo responsável pelo projecto, que este último poderá ter em conta nas fases de concepção e de execução;
3. *Tomada de decisões*: pode dizer-se que existe um nível de intensidade ainda mais elevado quando os beneficiários têm um papel de decisão em questões de concepção e execução do projecto. As decisões podem ser tomadas exclusivamente pelos beneficiários ou em conjunto com outros sobre questões ou aspectos específicos relacionados com um projecto;
4. *Iniciar a acção*: quando os beneficiários são capazes de tomar a iniciativa em termos de acções/decisões relativas a um projecto, pode dizer-se que a intensidade da PC atingiu o seu auge. A iniciativa implica uma capacidade proactiva e a confiança para agir por conta própria.

A questão de participação comunitária aparece, nas últimas décadas em contextos diferentes. Estudos críticos apontam a distinção entre a participação que é quase por definição um atributo da sociedade organizada, e a participação que é realmente “testada” nos momentos de contestação pública em que se estabelece um conflito entre os sectores de decisão da sociedade e esta.

De acordo com Pinheiro (1997), ao citar Pretty (1994), o conceito de participação pode assumir diferentes significados na forma como é interpretado e aplicado pelas instituições de desenvolvimento. O autor identifica distintos níveis ou modalidades de participação, que variam desde formas mais limitadas de envolvimento até processos mais autónomos e

transformadores. A primeira forma corresponde à “participação passiva”, na qual as pessoas são apenas informadas sobre decisões ou ações que já foram tomadas ou que irão ocorrer, sem que exista espaço para consulta ou diálogo. Em seguida, identifica-se a “participação por extração” de informação, caracterizada pelo envolvimento dos participantes apenas como respondentes de questionários ou entrevistas estruturadas, sem que tenham influência sobre os métodos utilizados ou acesso aos resultados produzidos.

Outra modalidade é a “participação consultiva”, na qual os cidadãos são ouvidos por agentes externos que procuram recolher opiniões ou percepções sobre determinados problemas. Contudo, a definição das soluções e a tomada final de decisões continuam a ser controladas por esses agentes. Há também a “participação baseada em incentivos materiais”, em que as pessoas contribuem com recursos como mão-de-obra, terra ou tempo em troca de benefícios materiais, tais como remuneração, equipamentos ou insumos. Nesse caso, a continuidade da participação tende a depender da manutenção desses incentivos.

Pretty (1994) identifica ainda a “participação funcional”, na qual os indivíduos se organizam em grupos para alcançar objetivos previamente definidos por instituições externas. Embora inicialmente dependentes dos facilitadores, estes grupos podem, em algumas situações, tornar-se gradualmente mais autónomos. Um nível mais avançado corresponde à “participação interativa”, caracterizada por processos colaborativos de análise, planeamento e tomada de decisões, nos quais os participantes trabalham em conjunto na definição de planos de ação e no fortalecimento de organizações locais. Nesse tipo de participação, os grupos tendem a exercer maior controlo sobre as decisões que afetam o seu contexto.

Por fim, o autor destaca a “participação por automobilização”, que ocorre quando os próprios indivíduos ou comunidades tomam iniciativas independentes para promover mudanças sociais, sem depender diretamente de instituições externas. Este tipo de ação coletiva pode contribuir para transformar situações consideradas injustas ou indesejáveis, como desigualdades na distribuição de recursos, renda ou poder.

1.1.11. Desafios da participação em projectos de desenvolvimento Rural

Kumar (2002:28) defende que a participação é um exercício dispendioso e um processo demorado. Pode exigir o compromisso de uma ampla gama de membros do pessoal de uma organização durante um longo período. Na sua perspectiva, a participação da comunidade pode levar a atrasos e a um progresso lento nas fases iniciais do trabalho de campo, atrasando assim a realização de metas físicas e financeiras. Contudo, deve ser lembrado que os

obstáculos à participação comunitária estão directamente relacionados com a perspectiva de participação comunitária (Oakley e Marsden, 1984:29). Kok e Gelderbloem (1994:45) afirmam que a participação da comunidade pode trazer à tona conflitos latentes e pode atrasar o arranque dos projectos, enquanto aumenta as exigências sobre o pessoal e os gestores dos projectos. O analfabetismo é um factor inibidor da participação comunitária. Isto ocorre porque as pessoas analfabetas podem ser marginalizadas pela comunicação profissional e técnica durante o processo de participação comunitária (Theron, 2005). Tickett e Gruber (citado em Laverack, 2001:13) argumentam que a participação sem um líder formal que assuma a responsabilidade de fazer as coisas, lidar com conflitos e fornecer uma direcção para o grupo, muitas vezes, resulta em desorganização. Se os líderes não aderirem ao processo, existe uma forte probabilidade de o projecto falhar.

A fraca posição socioeconómica dos pobres rurais impede-os de ter uma participação significativa (Kakumba e Nsingo, 2008:118). Gama (2000:3) e Hussein (2003:277) apoiam esta afirmação e salientam que factores socioeconómicos como a falta de educação cívica eficaz, o analfabetismo e a pobreza, que culminam numa tendência para a apatia, dificultam a participação da comunidade nos processos de desenvolvimento. Musukwa (2001:20) e Hussein (2003:278) salientam que os cidadãos ficam relutantes em participar se estiverem frustrados pelo aumento do custo de vida e pelas condições económicas que lhes roubam a paz de espírito e o desejo de participar efectivamente. A fraca posição financeira das comunidades locais não só reduz a capacidade das comunidades de participarem em projectos de desenvolvimento, mas também afecta todo o processo de desenvolvimento rural (Kakumba e Nsingo, 2008:116). Ter recursos inadequados tem um impacto negativo na capacidade de uma comunidade rural influenciar e desenvolver políticas de forma eficaz, em comparação com outros intervenientes no processo de elaboração de políticas.

1.1.12. O Desenvolvimento Comunitário no Contexto Internacional

O interesse pelo conceito de Desenvolvimento Comunitário (DC) surgiu inicialmente no contexto das políticas coloniais britânicas. O Governo do Reino Unido foi um dos primeiros a utilizar formalmente esta abordagem, tendo introduzido a expressão “desenvolvimento comunitário” em 1942. Naquele período, a ideia estava associada à preparação gradual das colónias para processos de autonomia política, procurando promover a integração das populações locais nas estruturas administrativas dos territórios então sob domínio colonial. De acordo com o CBCISS (1962), o desenvolvimento comunitário era concebido como um

movimento orientado para a melhoria das condições de vida das comunidades, baseado na participação ativa da população e, sempre que possível, na iniciativa das próprias comunidades. Quando tal iniciativa não emergia espontaneamente, defendia-se a utilização de métodos e técnicas capazes de estimular o envolvimento das populações, de modo a promover a sua participação nas ações de desenvolvimento.

Esta abordagem revela também uma preocupação do governo britânico em preservar determinados vínculos com as suas colónias durante o processo de transição para a independência. Assim, a promoção da autonomia política não implicava necessariamente uma ruptura completa das relações existentes, mas antes uma redefinição das estratégias de interação e cooperação entre a metrópole e os novos Estados.

Aliás, como diz Ianni (1971:93), desde a Primeira Guerra Mundial e, em especial, depois da Segunda Guerra Mundial, as nações dependentes entram em período novo da sua história. No âmbito da crise do capitalismo, o surgimento de nações socialistas e os colapsos internos das sociedades do tipo colonial, as chamadas nações subdesenvolvidas começam a propor-se o futuro em novos termos.

Por outro lado, o surgimento e a consolidação do bloco socialista e a sua expansão aos países orientais começava a representar um perigo cada vez maior para os países capitalistas que estavam em processo de perda de suas colónias, além de que o surgimento do socialismo indicava claramente uma outra direcção de liderança, o que aumentava o grau de preocupações dos países capitalistas, condicionando a iniciativa da Inglaterra, assim como de outros países desenvolvidos, na criação de programas de ajuda externa. O encaminhamento e prestação dessa ajuda impunha que se pensasse na formulação de um processo apropriado e eficaz de disponibilização dos recursos. Diante dessa demanda, foram elaborados alguns elementos instrumentais de acção comunitária que passaram a compor a concepção que foi formulada para essa estratégia de trabalho que seria identificada como DC. Assim, o DC passava a compor a matriz de estratégias buscadas para a acção de um país sobre outros.

1.1.13. Desenvolvimento comunitário, suas dimensões e princípios

A abordagem de intervenção social conhecida como Desenvolvimento Comunitário (DC) ganhou reconhecimento internacional na década de 1950, particularmente após a publicação, pelas Nações Unidas, do documento intitulado *O progresso social através do Desenvolvimento Comunitário* (Silva, 1962). Este documento contribuiu para consolidar o

conceito e para difundir a sua utilização como estratégia de promoção do progresso social em diferentes contextos.

Uma das características centrais do desenvolvimento comunitário reside na valorização da participação das populações locais, bem como na utilização de metodologias participativas que permitam às próprias comunidades envolver-se de forma ativa na definição e condução dos processos de desenvolvimento (Bastos, 2014). Neste sentido, a participação deixa de ser apenas um elemento acessório e passa a constituir um princípio estruturante das intervenções voltadas para a melhoria das condições de vida das comunidades. Ander-Egg (1980) define o desenvolvimento comunitário como uma técnica social orientada para a promoção das pessoas e para a mobilização de recursos humanos e institucionais. Tal processo ocorre por meio da participação ativa e democrática das populações locais nas diferentes etapas das intervenções, incluindo o diagnóstico das necessidades, o planeamento das ações e a execução de programas direcionados às comunidades de base, com o objetivo de melhorar as suas condições de vida.

A partir desta abordagem, é possível identificar diferentes dimensões associadas ao conceito de desenvolvimento comunitário. Em primeiro lugar, destaca-se uma “dimensão doutrinária”, relacionada com os valores e princípios que sustentam esta forma de intervenção social. Em segundo lugar, encontra-se uma “dimensão teórica”, que integra contribuições de diversas áreas do conhecimento, como a antropologia, a sociologia, a ciência política e a economia. Existe também uma “dimensão metodológica”, associada às estratégias de mudança social planeada que orientam as práticas de desenvolvimento comunitário. Por fim, pode-se identificar uma “dimensão prática”, que se manifesta nas transformações produzidas tanto no envolvimento das comunidades nos processos de desenvolvimento quanto nas práticas profissionais adotadas pelos agentes de intervenção.

Ao longo da evolução desta abordagem foram sendo consolidados alguns princípios considerados fundamentais para a implementação das estratégias de desenvolvimento comunitário. Um desses é o “princípio das necessidades sentidas”, segundo o qual as iniciativas de desenvolvimento devem partir das necessidades identificadas pela própria população local, e não apenas das perceções ou diagnósticos elaborados pelos técnicos externos.

Outro elemento central é o “princípio da participação”, que enfatiza o envolvimento efetivo da população nas diferentes etapas do processo de desenvolvimento, incluindo a identificação de problemas, a definição de prioridades e a implementação das ações.

Destaca-se igualmente o “princípio da cooperação”, que sublinha a importância da articulação entre diferentes actores sociais, como instituições públicas, organizações privadas e membros da comunidade, para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento comunitário. Acresce ainda o “princípio da auto-sustentação”, que defende que as mudanças promovidas devem ser equilibradas e sustentáveis ao longo do tempo, permitindo que as próprias comunidades tenham capacidade para manter e dar continuidade às transformações alcançadas.

Por fim, o “princípio da universalidade” sugere que os processos de desenvolvimento comunitário tendem a ser mais eficazes quando se dirigem ao conjunto da população de uma determinada comunidade, procurando promover mudanças estruturais nas condições que estão na origem das situações de vulnerabilidade ou subdesenvolvimento.

Assim, conforme indica a própria designação, o desenvolvimento comunitário tem como finalidade promover o progresso das comunidades, procurando responder às necessidades e aspirações dos diferentes grupos sociais que as compõem. Nesse sentido, o desenvolvimento pressupõe a criação de condições que permitam melhorar os meios de subsistência, fortalecer a capacidade produtiva e ampliar as oportunidades de participação social dos membros da comunidade.

1.1.14. Actuação de projectos de desenvolvimento em Moçambique

A implementação de projetos de desenvolvimento nas comunidades moçambicanas tende a gerar percepções diversas entre os membros da população. Por um lado, a chegada desses projetos é frequentemente recebida com entusiasmo, uma vez que representa uma possível resposta a problemas específicos enfrentados pelas comunidades. Por outro lado, também pode suscitar expectativas e preocupações quanto aos resultados e à forma como as intervenções são conduzidas. Ainda assim, programas e projetos orientados pelos princípios do desenvolvimento local podem contribuir significativamente para a produção de conhecimento e para o fortalecimento da participação social. Este envolvimento tende a estimular o sentido de responsabilidade entre os diferentes atores envolvidos ao longo do ciclo do projeto, o que constitui um elemento importante para assegurar a sustentabilidade e a continuidade das iniciativas (Macuacua, 2021).

O financiamento destinado a projetos de desenvolvimento em Moçambique continua a desempenhar um papel relevante, sobretudo num contexto marcado pelos impactos da crise da dívida oculta de 2016. Este episódio contribuiu para uma desaceleração do crescimento

económico do país, refletida na redução do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e nas dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas, cuja capacidade de geração de emprego também foi significativamente afetada (PNUD, 2019).

Apesar da suspensão do apoio direto ao Orçamento do Estado (OE), diversos parceiros internacionais continuam a prestar assistência ao país. Muitos doadores, incluindo membros do antigo grupo G14, redirecionaram os seus recursos para outras modalidades de apoio, nomeadamente ações de ajuda humanitária. Essas intervenções têm sido direcionadas para a mitigação dos efeitos de fenómenos climáticos extremos, como secas nas regiões sul do país, inundações em diferentes províncias e os impactos provocados pelos ciclones Idai e Kenneth. Para além disso, parte da assistência internacional tem sido canalizada para apoiar as populações afetadas pela violência armada e pelo terrorismo no norte de Moçambique.

Ao longo do tempo, os registos da ajuda oficial ao desenvolvimento demonstram o envolvimento de diversos países, governos e organizações internacionais no financiamento de projetos destinados a apoiar os esforços de desenvolvimento nacional e a melhorar as condições de vida das comunidades moçambicanas.

No entanto, alguns estudos apontam para desafios relacionados com a forma como esses projetos são implementados a nível local. A investigação conduzida por Macuácu (2021), no distrito de Massingir, província de Gaza, revelou a existência de fragilidades na compreensão e apropriação dos processos associados aos projetos de desenvolvimento comunitário. Segundo o autor, essa limitação compromete a produção do chamado “senso de responsabilidade” entre os beneficiários, considerado um elemento essencial para a sustentabilidade das intervenções.

Em determinadas comunidades observou-se também a inexistência de mecanismos estruturados para identificar e priorizar as necessidades locais com base na iniciativa dos próprios membros da comunidade. Esta situação pode estar associada a limitações na gestão de projetos de desenvolvimento, particularmente ao reduzido nível de envolvimento das populações desde a fase de concepção das intervenções. Apesar de, no discurso político, se defender a ideia do distrito como um polo de planificação do desenvolvimento, persistem desafios relacionados com a capacidade das instituições políticas e administrativas locais de responder adequadamente às exigências dos processos de planificação e implementação das políticas públicas.

A identificação integrada das necessidades das comunidades exige a mobilização de diferentes conhecimentos e experiências, permitindo uma compreensão mais abrangente dos problemas enfrentados a nível local. Essa abordagem contribui para reduzir o caráter fragmentado ou limitado de algumas intervenções, favorecendo soluções mais adequadas às realidades vividas pelas populações. Neste sentido, Kauchakje (2008) destaca a importância de realizar diagnósticos detalhados das condições socioeconômicas e ambientais, bem como de identificar as expectativas das comunidades, como base para a definição de medidas capazes de transformar situações de vulnerabilidade social.

Para que esses processos de mudança sejam eficazes, torna-se fundamental garantir a participação dos diferentes atores envolvidos na tomada de decisões. A inclusão de diversos setores da sociedade no processo de planificação contribui para a democratização das intervenções e aumenta as probabilidades de sustentabilidade das soluções adotadas. Neste contexto, o estímulo à participação comunitária assume particular relevância, sendo considerado um mecanismo importante para promover tanto o desenvolvimento individual como o coletivo.

Apesar da importância atribuída à integração dos atores locais, entendida como uma interação entre instituições governamentais e não-governamentais, vários exemplos indicam que muitos projetos enfrentam dificuldades devido à falta de articulação entre os diferentes intervenientes. A ausência de sinergias e o fraco envolvimento dos atores locais têm sido frequentemente apontados como fatores que limitam a eficácia das iniciativas de desenvolvimento. Neste sentido, o estudo realizado por Vilanculos (2011) destaca o papel desempenhado pelos órgãos locais de coordenação e gestão criados no âmbito de iniciativas de desenvolvimento comunitário, nomeadamente os comités de desenvolvimento comunitário e as comissões de gestão. Estas estruturas assumem funções importantes na mobilização da participação dos beneficiários nos processos de planificação, implementação e gestão das ações de desenvolvimento. A qualidade da organização do projeto influencia diretamente o nível de motivação e cooperação entre os diferentes atores envolvidos.

1.1.15. Relação entre participação e desenvolvimento comunitário

Bandeira (1999) entende que, se em uma comunidade existem sujeitos sociais empenhados no progresso local é porque eles participam e promovem o desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento nacional, regional ou local está vinculado ao nível de participação das pessoas interessadas, pois, quanto menor este nível, menor o progresso, quanto maior, maior

a possibilidade de desenvolvimento económico, social e político. A ausência de participação em uma sociedade é apontada pelo autor, como uma das principais causas de fracasso de políticas públicas, projectos e programas, tornando-as incapazes de alcançar os objectivos propostos.

De acordo com Magno e Júlia (2016), vários pesquisadores brasileiros têm observado, em trabalhos comunitários, que muitos projectos do estado financiados pelo Banco Mundial são fundos perdidos, pelo facto de não serem utilizados pela comunidade e estarem a deteriorar-se. Há duas questões levantadas pelas próprias comunidades: a primeira é a falta de consulta em relação aos projectos executados, ou seja, a definição do que a comunidade precisa resulta de decisões tomadas de cima para baixo; a outra questão é a falta de união dos sujeitos sociais. A solução chama-se participação e quando esta existe, os projectos são procurados pelas pessoas que vivem aquela realidade. Portanto, a incompatibilidade de acções do poder público e comunidades que não têm o hábito de participação têm como consequência a falta de envolvimento, que aumenta o risco destes projectos se tornarem inúteis, envolvendo grande desperdício de recursos. A participação comunitária é considerada como uma das pedras angulares da boa governação. Ajuda a aumentar a prestação de contas, transparência e a garantir a sustentabilidade das iniciativas de desenvolvimento, integrando as pessoas no processo de desenvolvimento. Para que qualquer desenvolvimento comunitário rural seja bem-sucedido, os líderes locais influentes devem ser envolvidos, caso contrário poderão prejudicar o progresso do projecto. Por conseguinte, qualquer agência ou organização que proponha um projecto de desenvolvimento para a comunidade deve, inicialmente, ser “clara” com estes líderes locais influentes (Wiyaboon, 2019).

Meyer e Cloete (2000: 104 - 109) afirmam que, através da participação, as pessoas comuns têm a oportunidade de ter uma palavra a dizer sobre a forma como o seu ambiente deve ser planeado e desenvolvido no futuro, e que as pessoas são capazes de influenciar o resultado da acção planeada. Bond (2002:372-373) argumenta que os programas que são impostos pelo governo tendem a ser insustentáveis porque não há envolvimento da comunidade. O desenvolvimento comunitário é inatingível sem uma participação adequada da comunidade. Da mesma forma, Crofton (2001) argumentou que a participação é, portanto, um meio e um fim que compreende o processo em que os nativos contribuem e trabalham com planeadores e promotores na comunidade para alcançar resultados aceitáveis e bem-sucedidos e ou onde as iniciativas são implementadas de forma mais eficiente.

A participação também é vista como um fim em si mesma. Ahmed (2011) afirmou que na literatura sobre o desenvolvimento, é cada vez mais enfatizado que, para que o desenvolvimento comunitário seja sustentável e autónomo a longo prazo, é importante garantir a participação e a contribuição activa dos membros da sociedade como um todo na concepção do projeto ou programa de desenvolvimento comunitário.

1.2. Problema de pesquisa

Apesar dos inúmeros esforços empreendidos por diferentes actores, incluindo o governo, organizações não-governamentais e agências internacionais, para promover o desenvolvimento e crescimento económico nas zonas rurais de Moçambique, diversos indicadores sociais continuam a revelar persistentes desafios relacionados com pobreza, vulnerabilidade social, insegurança alimentar e acesso limitado a serviços básicos em muitas comunidades rurais. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023), as populações rurais continuam a apresentar níveis elevados de pobreza multidimensional e fortes limitações no acesso a serviços sociais básicos, apesar da expansão de diferentes programas e projectos de desenvolvimento comunitário. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e diferentes relatórios de desenvolvimento humano, grande parte da população rural moçambicana continua dependente de condições precárias de subsistência, apesar da crescente implementação de projectos de desenvolvimento comunitário em diferentes sectores. Esta realidade levanta questões cruciais sobre a eficácia e sustentabilidade das intervenções implementadas, sobretudo no que concerne ao papel da participação comunitária nos processos de desenho dessas iniciativas.

A abordagem participativa tem sido amplamente reconhecida como essencial para a sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento. De acordo com o Banco Mundial (2000), planificar projectos para as pessoas, sem a escuta activa e a contribuição efectiva das próprias comunidades, tende a produzir soluções desalinhadas com as reais necessidades locais. Uma avaliação de projectos apoiados pela instituição demonstrou que aqueles com uma abordagem ascendente, onde as comunidades participam desde a fase de diagnóstico e planificação, foram mais bem-sucedidos e sustentáveis (Olukotun, 2017; Stanley, 2003).

Contudo, essa visão encontra obstáculos significativos na prática. Como sublinha Arnstein (1969), muitas experiências ditas participativas não passam de formas simbólicas ou manipulativas de envolvimento, em que as comunidades são consultadas apenas para validar

decisões previamente tomadas. De forma semelhante, Cooke e Kothari (2001) alertam para o risco do “novo imperialismo da participação”, em que o discurso participativo é apropriado por agentes externos como estratégia de legitimação, sem promover transformações reais na dinâmica de poder entre técnicos e comunidades.

Estudos africanos apontam para dinâmicas similares. Em sua análise crítica, Chifamba (2013) concluiu que, na maioria dos casos, os membros da comunidade participam apenas na fase de implementação dos projectos, com pouca ou nenhuma influência no desenho das propostas. Burns (1994), por sua vez, observa que esse tipo de participação, quando ocorre de forma obrigatória ou condicionada a sanções sociais, pode apresentar traços de coerção, distanciando-se do ideal democrático de envolvimento voluntário.

A literatura moçambicana também tem discutido essas limitações. Francisco (2007) critica a tendência de conceber projectos de desenvolvimento comunitário de forma tecnocrática, em gabinetes distantes da realidade local, com metas, indicadores e estratégias pré-definidas por equipas externas. Segundo o autor, esse modelo resulta numa “participação de fachada”, na qual os membros da comunidade não participam de facto das decisões que afectam suas vidas. Vala (2007) observa igualmente que muitos mecanismos participativos implementados no contexto moçambicano continuam marcados por reduzida capacidade deliberativa das comunidades e forte influência das instituições externas nos processos de decisão local. Racelis (citado por Kliksberg, 1997), reforça que, embora a participação comunitária esteja presente nos discursos e documentos oficiais, sua operacionalização encontra entraves estruturais, culturais e institucionais que dificultam a sua efectivação.

No contexto destas discussões observadas em Moçambique, o debate internacional sobre participação comunitária também chama atenção para os limites das abordagens participativas centradas apenas na inclusão formal das comunidades. Autores como Chambers (1997) e Cornwall (2008) enfatizam que o simples convite à participação não garante que ela seja inclusiva ou significativa. É preciso questionar quem participa, em que momento, com que nível de informação e com que poder de decisão. A qualidade da participação depende, assim, da criação de espaços genuínos de escuta e co-construção, o que demanda mudanças na forma como o poder técnico e institucional se relaciona com o saber local.

No contexto moçambicano, evidências empíricas apresentadas por diferentes estudos sobre governação local e desenvolvimento rural mostram que a participação das comunidades

tende a concentrar-se sobretudo na fase de execução dos projectos, momento em que os beneficiários são frequentemente mobilizados como força de trabalho local ou colaboradores operacionais. Segundo Forquilha (2009) e Vala (2007), embora os discursos institucionais promovam a participação comunitária como elemento central do desenvolvimento local, as decisões relacionadas com a definição de prioridades, planificação e gestão dos recursos continuam frequentemente centralizadas nos actores externos e nas estruturas administrativas locais.

Em muitos casos, as decisões relacionadas com identificação de prioridades, definição de actividades e alocação de recursos permanecem centralizadas nas organizações implementadoras ou nos actores externos. Apesar destas evidências, permanece ainda limitada a compreensão sobre como as próprias comunidades interpretam e percebem a sua participação nestes processos, particularmente no que se refere à sua influência real no desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento comunitário.

Neste cenário, torna-se relevante compreender como os membros das comunidades locais se posicionam em relação à sua participação no desenho dos projectos de desenvolvimento. Diante disso, a presente dissertação propõe-se a responder à seguinte pergunta de partida: *Como as comunidades de Tsocate e Kokwe percebem a sua participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário no distrito de Mabalane?*

1.2.1. Relevância científica

A presente pesquisa enquadra-se nas perspectivas teóricas sociológicas de desenvolvimento comunitário, que buscam analisar o bem-estar da comunidade destacando a necessidade de envolvimento de actores locais no processo de desenho, implementação e monitoria dos projectos de desenvolvimento. Neste contexto, a pesquisa torna-se relevante na medida em que procura explorar como é que as comunidades locais se posicionam numa situação em que são colocados à margem no processo de desenho dos projectos de desenvolvimento comunitário, sendo eles o objecto central do desenvolvimento. Por outro lado, nota-se uma escassez de pesquisas que exploram as percepções das comunidades locais sobre o modelo de desenho de projectos de desenvolvimento, sendo que a maioria das pesquisas se ocupa em analisar os factores que condicionam a fraca participação já confirmada por vários autores.

1.3. Objectivos

1.3.1. Objectivo geral:

Analisar as percepções das comunidades de Tsocate e Kokwe, distrito de Mabalane, sobre a sua participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário.

1.3.2. Objectivos específicos:

- a) Descrever o processo de desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento comunitário;
- b) Caracterizar os mecanismos de envolvimento da comunidade local na fase de implementação dos projectos;
- c) Explicar os modelos de engajamento e colaboração da comunidade local na implementação dos projectos.

1.4. Hipóteses

H1: As comunidades de Tsocate e Kokwe percebem a sua participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário como limitada e marcada por adesão passiva, influenciada pela vulnerabilidade relacionada à insegurança alimentar e por factores culturais.

H2: As comunidades de Tsocate e Kokwe percebem a sua participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário como activa e significativa, caracterizada por um envolvimento efectivo nos processos de tomada de decisão.

CAPÍTULO 2: ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Na presente sessão apresentamos o enquadramento teórico e conceptual usado para a condução da pesquisa. Para o efeito recorremos à teoria do desenvolvimento comunitário proposta pela Maria Luiza de Souza (2002), e de seguida apresentamos a definição dos conceitos chaves da pesquisa.

2.1. Teoria de desenvolvimento comunitário de Maria Luiza de Souza

A presente dissertação adopta como referencial teórico principal a abordagem de desenvolvimento comunitário proposta por Souza (2002). Para a autora, o desenvolvimento comunitário é compreendido como um processo social e político que visa promover a melhoria das condições de vida da população local por meio da participação activa da comunidade, preferencialmente por iniciativa própria. Trata-se de um movimento endógeno, que parte da comunidade e se realiza a partir da sua mobilização interna, da sua capacidade de organização e da sua articulação com os diversos actores sociais.

De acordo com Souza (2002), o desenvolvimento comunitário deve ser entendido como um processo pelo qual o povo participa activamente da planificação, execução e avaliação de programas voltados à elevação do seu padrão de vida. A autora enfatiza que esse processo deve ser construído colectivamente, respeitando as singularidades socioculturais de cada comunidade e evitando modelos padronizados ou impostos externamente. Isso implica, necessariamente, o rompimento com lógicas centralizadoras e hierárquicas de intervenção, típicas de modelos “de cima para baixo”, muitas vezes importados de contextos industrializados.

Para que o desenvolvimento comunitário ocorra de maneira efectiva, Souza propõe a articulação de dois elementos essenciais: a participação popular e o apoio técnico/governamental. Essa interacção entre os saberes comunitários e os conhecimentos técnicos institucionais constitui, segundo a autora, a base para que os programas de desenvolvimento sejam eficazes, viáveis e sustentáveis. A participação, no entanto, não pode ser meramente simbólica ou instrumentalizada. Ela deve ser compreendida como protagonismo, ou seja, como a capacidade da comunidade de se reconhecer como sujeito do seu próprio processo de mudança.

Neste sentido, Souza defende que não existem modelos universais ou pré-fixados para o desenvolvimento, uma vez que cada realidade apresenta desafios, possibilidades e dinâmicas próprias. O desenvolvimento comunitário deve, assim, ser construído a partir da escuta e valorização dos saberes locais, respeitando as condições socioculturais e históricas de cada

território. Como sublinha a autora, “as condições próprias de cada contexto pressupõem também condições próprias de avanço” (Souza, 2002, p. 38). Esta perspectiva afasta-se da lógica tecnocrática e generalista de muitos programas de desenvolvimento que, como critica Francisco (2007), são frequentemente desenhados em gabinetes distantes das realidades locais.

Os principais pressupostos desta abordagem assentam na valorização do protagonismo comunitário, na centralidade da participação popular nos processos de desenvolvimento, na importância da deliberação colectiva e na necessidade de construção de soluções adaptadas às realidades locais. A teoria parte ainda do entendimento de que o desenvolvimento não deve ser imposto externamente, mas construído a partir das capacidades, experiências e aspirações das próprias comunidades. Neste quadro, a comunidade deixa de ser vista como mera beneficiária das intervenções e passa a assumir um papel activo na definição das prioridades e na condução das mudanças sociais.

Ao tratar o desenvolvimento comunitário como um movimento intencional da comunidade em direcção à transformação das suas condições de vida, Souza reforça a importância da participação qualificada, da intervenção consciente e do envolvimento dos diferentes segmentos sociais nos processos de decisão. O objectivo, portanto, não é apenas executar acções previamente definidas, mas construir colectivamente respostas aos desafios locais. Trata-se de uma mudança profunda no paradigma da intervenção social, que implica rever a própria ideia de projecto: de algo planificado para “ser entregue” à comunidade, para algo construído em conjunto com ela.

Contudo, embora a abordagem de Souza apresente contributos importantes para a compreensão do desenvolvimento comunitário participativo, a teoria também apresenta algumas limitações e tem sido alvo de críticas. Uma das principais críticas refere-se ao facto de assumir, em certa medida, condições ideais de participação e mobilização comunitária que nem sempre se verificam em contextos marcados por desigualdades sociais, dependência económica, assimetrias de poder e forte influência de actores externos. Em determinadas situações, factores como pobreza, baixa escolaridade, dependência institucional e fragilidade organizacional podem limitar significativamente a capacidade efectiva das comunidades participarem de forma autónoma e deliberativa nos processos de desenvolvimento.

Adicionalmente, autores críticos da participação comunitária, como Cooke e Kothari (2001), alertam que os discursos participativos podem ocultar relações desiguais de poder, nas quais

as comunidades são formalmente incluídas sem exercer influência efectiva sobre as decisões. Neste sentido, a simples existência de mecanismos participativos não garante necessariamente empoderamento ou transformação social.

Apesar destas limitações, a adopção desta teoria nesta dissertação justifica-se pelo facto de ela oferecer uma orientação interpretativa adequada para analisar as percepções comunitárias sobre a participação no desenho dos projectos de desenvolvimento comunitário. A teoria permite compreender em que medida os processos participativos observados nas comunidades de Tsocate e Kokwe se aproximam ou se afastam dos princípios de protagonismo comunitário, deliberação colectiva e construção participativa defendidos por Souza.

Assim, a teoria será utilizada como instrumento analítico para interpretar como as comunidades percebem o seu nível de envolvimento nos processos de planificação e tomada de decisão, bem como para analisar as tensões existentes entre os discursos participativos promovidos pelas organizações implementadoras e as experiências concretas vividas pelos actores comunitários. A partir desta perspectiva, será possível avaliar se a participação observada assume um carácter mais activo e deliberativo ou se permanece limitada a formas simbólicas, consultivas ou instrumentais de envolvimento comunitário.

2.2. Principais conceitos do estudo

Nesta secção apresentamos os principais conceitos com base nos quais o estudo foi conduzido.

2.2.1. Percepção social

Na perspectiva de Berger e Luckmann (1990), a percepção constitui uma atividade psicológica que deve ser analisada a partir de diferentes dimensões. Enquanto processo cognitivo, a percepção está profundamente relacionada com o contexto social no qual o indivíduo se insere. Assim, a forma como cada pessoa interpreta a realidade depende, em grande medida, das relações que estabelece no mundo social. É a partir dessa interação com o meio social que os indivíduos constroem o seu entendimento da realidade, transformando essa interpretação em conhecimento sobre o mundo que os rodeia (Berger & Luckmann, 1990).

De forma semelhante, Silva e Egler (citados por Monjane, 2007), entendem a percepção como um processo que possibilita a formação de ideias, imagens e interpretações acerca da realidade circundante. Para estes autores, o estudo da percepção permite compreender as

representações, impressões e interpretações partilhadas por determinados grupos sociais. No âmbito da reflexão sobre o conceito de percepção social, Monjane (2007) propõe que esta seja compreendida como uma representação mental partilhada pelos membros de uma comunidade num determinado período histórico. Tal representação refere-se à forma como os indivíduos interpretam objetos, acontecimentos e fenómenos presentes no seu meio, contribuindo para organizar, explicar e simplificar as informações provenientes do ambiente social e físico em que estão inseridos.

2.2.2. Comunidade local

A compreensão do conceito de comunidade deve considerar o contexto social e histórico em que esta se insere, uma vez que os significados atribuídos às suas características variam de acordo com as circunstâncias em que se desenvolve. Nesse sentido, uma comunidade pode ser entendida como um conjunto de indivíduos que partilham determinados objetivos e que se encontram inseridos num espaço geográfico específico. Neste espaço, estabelecem-se relações baseadas em vínculos sociais, sentimento de pertença, solidariedade e ação coletiva, bem como referências comuns associadas a fenómenos ou experiências vividas num determinado contexto social (Moreno, 2012).

Neste sentido, a comunidade pode ser entendida como um grupo relativamente limitado de pessoas que convivem num determinado contexto, estabelecendo relações sociais e partilhando características, valores ou interesses comuns. Para Palácios (2001), algumas dimensões são fundamentais para compreender a existência de uma comunidade na contemporaneidade. Entre essas dimensões destacam-se o sentimento de pertença, que fortalece os vínculos entre os membros; o sentimento de comunidade, que expressa a consciência coletiva de fazer parte de um mesmo grupo; a permanência, associada à continuidade das relações sociais ao longo do tempo; a territorialidade, relacionada com a referência a um espaço comum; e, por fim, a existência de formas próprias de comunicação, que permitem a interação entre os membros por meio de canais e práticas específicas.

O termo comunidade possui uma longa trajetória no pensamento social. Embora a ideia já estivesse presente na filosofia de Aristóteles, que a utilizava para se referir a um conjunto de indivíduos ligados por relações sociais, foi sobretudo no século XIX que o conceito passou a ser desenvolvido de forma mais sistemática. Este aprofundamento ocorreu num contexto marcado por transformações sociais significativas e pela progressiva desagregação

das comunidades tradicionais, o que levou os estudiosos a refletirem de forma mais abrangente sobre o significado e as características da vida comunitária.

De modo geral, o conceito de comunidade pode referir-se à população que habita um determinado espaço geográfico, como uma província, um estado, uma nação ou um bairro (Rodrigues et al., 2015). Ainda que, na maioria dos casos, a organização comunitária esteja associada a territórios relativamente pequenos, este processo também pode ocorrer em contextos territoriais mais amplos.

Contudo, o termo comunidade não se limita apenas à dimensão territorial. Em muitas situações, é utilizado para designar grupos de pessoas que partilham interesses, funções ou objetivos comuns, como ocorre, por exemplo, nas áreas do bem-estar social, da agricultura, da educação ou da religião. Nesses casos, o conceito não se refere necessariamente à totalidade da população local, mas sim aos indivíduos ou grupos que se identificam em torno de determinados interesses ou atividades.

Neste contexto, a organização comunitária pode ser entendida como um processo que procura estimular entre os indivíduos o sentimento de pertença a uma determinada comunidade, fortalecendo os vínculos sociais e incentivando a participação coletiva nas iniciativas de interesse comum (Macuacua, 2022).

2.2.3. Participação

Klausmeyer e Ramalho (1995) entendem a participação como um processo no qual diferentes esferas da sociedade, nomeadamente a sociedade civil, a sociedade política e a sociedade económica, se envolvem conjuntamente na tomada de decisões. Nesta perspetiva, a participação concretiza-se quando os diversos atores têm acesso efetivo aos processos de planificação das ações, à implementação das atividades e também às etapas de monitoria e avaliação das iniciativas desenvolvidas.

De forma semelhante, Cornely (1978) considera que participar significa envolver-se de maneira ativa na escolha de alternativas e caminhos possíveis, tendo oportunidades reais de influenciar as decisões e de combinar diferentes opções disponíveis. Assim, a participação ultrapassa a simples presença dos indivíduos nos processos decisórios, implicando a possibilidade efetiva de intervenção e influência nas escolhas realizadas.

Myers e Hirsch (1999) definem a participação comunitária como um processo dinâmico por meio do qual os grupos beneficiários exercem influência sobre a orientação e a implementação de programas de desenvolvimento. Este envolvimento procura contribuir

para a melhoria do bem-estar das populações, abrangendo diferentes dimensões, tais como o aumento do rendimento, o crescimento pessoal, o fortalecimento da autossuficiência e a valorização de princípios e valores considerados importantes pelas comunidades.

2.2.4. Desenvolvimento

Gegeo (1998:289) define o desenvolvimento como um processo de crescimento que nasce de dentro, que envolve uma crescente autossuficiência individual e colectiva, e se concentra não apenas nas necessidades materiais e económicas, mas também no empoderamento emocional, ético e político. De acordo com Davids, Maphunye e Theron (2005: 24), o desenvolvimento é um processo de empoderamento, que permite aos participantes assumirem maior controlo sobre as suas vidas como indivíduos e como membros da sociedade. Korten (1990:64) refere-se ao desenvolvimento como um processo pelo qual os membros de uma sociedade (comunidades) aumentam o seu potencial e capacidades institucionais para mobilizar e gerir recursos para produzir de forma sustentável e justificar a melhoria distribuída na sua qualidade de vida, consistente com as suas próprias aspirações. O Banco Mundial (1991:34) define o desenvolvimento como um aumento sustentável nos padrões de vida que abrange o consumo de materiais, a educação, a saúde e a protecção do ambiente. Isto significa que, no que diz respeito ao desenvolvimento, devem ser fornecidas ferramentas à comunidade para aceder a esse desenvolvimento, e isso pode ser feito através do fornecimento de educação sobre desenvolvimento e formação de competências.

2.2.5. Desenvolvimento comunitário

Ander-Egg (citado por Carmo, 2001), apresenta o conceito de desenvolvimento comunitário como sendo “uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais” prevendo uma “participação activa e democrática da população, no estudo, planificação, e execução de programas de desenvolvimento ao nível da comunidade, destinados a melhorar o seu nível de vida”.

Para Bosquet (2003), o desenvolvimento pressupõe a existência de um problema que é comum a maioria dos indivíduos de determinada comunidade, sendo que a resposta ao mesmo deve ser também colectiva. Aridas (1994), considera que desenvolvimento local constitui o processo de mobilização das energias e capacidades endógenas dos subespaços diferenciados, de modo a promover a elevação da base produtiva e das condições de vida da população, em sintonia com as necessidades e as reais potencialidades económicas.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

Neste capítulo apresentamos o tipo de estudo, método de pesquisa, técnicas e instrumentos de colecta de dados, tipo e método de amostragem, tamanho e critérios de seleção da amostra, técnica de análise de dados, e questões éticas em pesquisa.

3.1. Tipo de estudo

O presente estudo é de tipo qualitativo. Através dele buscamos compreender de forma detalhada as percepções das comunidades locais. A escolha justifica-se pelas potencialidades que esta abordagem oferece para efeitos de aprofundamento da compreensão de um determinado grupo social, suas percepções e sentimentos. Na pesquisa qualitativa a preocupação principal do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de seus valores, crenças, suas experiências dentro do contexto em que foram vivenciadas. (Goldenberg, 2004).

3.2. Método da pesquisa

Para a realização do presente estudo foi adotado o estudo de caso. A opção por este método justifica-se pela necessidade de compreender de forma aprofundada as percepções das comunidades de Kokwe e Tsocate, localizadas no distrito de Mabalane, procurando analisar o fenómeno a partir das experiências e interpretações dos próprios participantes. Esta abordagem permite explorar de maneira detalhada o contexto específico em que o fenómeno ocorre, favorecendo uma compreensão mais abrangente da realidade estudada.

Segundo Gil (2008), o estudo de caso caracteriza-se pela análise intensiva de um ou de um número reduzido de casos, com o objetivo de possibilitar um conhecimento amplo e aprofundado do objeto de investigação.

3.3. Técnicas e instrumentos de recolha de dados

Para realização do presente estudo foram adoptadas as seguintes técnicas de recolha de dados: *Revisão bibliográfica, revisão documental, entrevistas semiestruturadas, e discussões em grupos focais.*

A revisão bibliográfica e a revisão documental permitiram aceder à contribuição de vários autores sobre o tema em estudo, através da leitura de artigos científicos, livros, e outras publicações físicas e digitais relevantes, incluindo planos e relatórios de implementação de projectos de desenvolvimento local. Todo este conjunto de dados secundários foi importante

para perceber o que já foi estudado a cerca das percepções comunitárias sobre a participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário, assim como responder aos objectivos da pesquisa, complementando as outras técnicas.

A pesquisa bibliográfica constituiu uma das etapas fundamentais deste estudo, envolvendo a consulta de diferentes fontes de informação já publicadas sobre o tema em análise. Entre estas fontes incluem-se livros, artigos científicos, revistas, boletins, monografias, dissertações e teses, entre outros materiais relevantes. O objetivo desta etapa foi reunir e analisar o conhecimento existente na literatura, permitindo estabelecer um diálogo entre o estudo desenvolvido e as contribuições já produzidas sobre o assunto.

A revisão documental contribuiu principalmente para o primeiro objectivo específico, relacionado com a descrição do processo de desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento comunitário, permitindo analisar documentos institucionais, relatórios, planos e outras fontes relevantes sobre os mecanismos formais de planificação e implementação dos projectos.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos relevantes, permitindo ao pesquisador aprofundar o conhecimento teórico sobre o fenómeno em estudo.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com a finalidade de obter informação detalhada dos informantes chave do estudo, nomeadamente: representantes das instituições do governo, representantes de instituições privadas financiadoras de projectos de desenvolvimento, e liderança comunitária local. As entrevistas semiestruturadas foram úteis para o primeiro e o segundo objectivos específicos, uma vez que possibilitaram recolher informações detalhadas junto de actores institucionais e comunitários sobre os processos de desenho dos projectos, bem como sobre os mecanismos utilizados para envolver as comunidades locais na fase de implementação das intervenções.

De acordo com Creswell (2014), a entrevista semiestruturada permite ao pesquisador explorar de forma aprofundada as percepções, experiências e interpretações dos participantes sobre determinado fenómeno social. Neste tipo de entrevista, embora exista um conjunto orientador de questões previamente definidas, o entrevistador possui flexibilidade para aprofundar temas emergentes ao longo da conversa, favorecendo uma interacção mais aberta e dinâmica.

Uma outra técnica usada no presente estudo foi a de *discussões em grupos focais*. O uso desta técnica tornou-se relevante na medida em que era necessário colher de forma profunda as percepções, opiniões, sentimentos, e experiências de membros da comunidade que participam directamente na implementação de projectos de desenvolvimento comunitário. Por outro lado, esta técnica possibilitou a produção de diversidade nas opiniões a cerca do assunto, em benefício do estudo. As discussões em grupos focais contribuíram sobretudo para o segundo e terceiro objectivos específicos. De modo a assegurar uma participação mais activa dos membros da comunidade, as discussões foram facilitadas em changana (língua local).

De acordo com Morgan e Krueger (1993), o grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa que tem como finalidade compreender percepções, atitudes e sentimentos dos participantes a partir das interações que ocorrem durante a discussão em grupo. Esta abordagem permite captar opiniões e interpretações que emergem do diálogo entre os participantes, proporcionando informações que muitas vezes não seriam obtidas por meio de outras técnicas de recolha de dados, como entrevistas individuais, questionários ou observação. No presente estudo, a utilização do grupo focal possibilitou identificar diferentes pontos de vista entre os participantes, permitindo compreender contradições, divergências e diferenças de percepção existentes entre os membros das comunidades.

3.4 Definição da população e amostra

A presente pesquisa foi realizada na província de Gaza, especificamente no distrito de Mabalane, abrangendo as comunidades de Kokwe e Tsocate. A escolha do distrito de Mabalane como área de estudo deve-se ao facto de este apresentar um histórico significativo de implementação de projectos de desenvolvimento comunitário conduzidos por diferentes actores, incluindo organizações não-governamentais, agências internacionais e instituições governamentais. Estas intervenções têm incidido sobre diferentes áreas sociais e económicas, envolvendo mecanismos de participação comunitária em distintas fases dos projectos. Adicionalmente, o distrito caracteriza-se por desafios socioeconómicos persistentes, particularmente nas zonas rurais, o que o torna um contexto relevante para analisar as dinâmicas de participação comunitária nos processos de desenvolvimento comunitário. A presença recorrente de iniciativas externas de desenvolvimento cria condições adequadas para compreender como as comunidades locais percebem o seu nível

de envolvimento nos processos de desenho e implementação dos projectos. A escolha das comunidades foi feita de forma intencional, considerando o seu histórico de implementação de projectos de desenvolvimento comunitário, bem como a sua localização estratégica no distrito. As duas comunidades apresentam relativa acessibilidade, porém encontram-se em contextos geográficos distintos: Kokwe localiza-se mais próxima da sede distrital, enquanto Tsocate situa-se numa zona mais interior do distrito. Esta diferenciação espacial permitiu maior abrangência analítica do estudo e possibilitou captar percepções comunitárias em contextos territoriais distintos. A seleção dos participantes foi efetuada por meio de uma amostragem não probabilística de carácter intencional, considerando o papel desempenhado pelos indivíduos nos processos de desenvolvimento comunitário. Assim, foram incluídos no estudo membros adultos das comunidades que já haviam participado na implementação de projetos de desenvolvimento, quer de forma individual, quer enquanto integrantes de grupos organizados, como associações comunitárias.

A opção por este tipo de amostragem justifica-se pela sua adequação em estudos de natureza qualitativa, nos quais os participantes são escolhidos com base em características consideradas relevantes para a investigação. Segundo Gil (2002), a amostragem intencional permite selecionar indivíduos que possuem experiências ou conhecimentos específicos relacionados com o fenómeno em análise, contribuindo para a obtenção de informações mais pertinentes e aprofundadas.

Relativamente às entrevistas semiestruturadas, foram realizadas seis (6) no total. Trata-se de representantes de instituições consideradas chave no processo de desenvolvimento comunitário, conforme a lista abaixo. Foi igualmente entrevistado o representante do fórum provincial das ONGs, sendo estas as principais financiadoras dos projectos de desenvolvimento discutidos no presente estudo.

3.4.1. Participantes a nível do Governo e sua relevância:

- **Administrador do distrito de Mabalane:** seleccionado por representar a principal autoridade político-administrativa distrital, com conhecimento sobre os processos de governação local, articulação institucional e implementação de iniciativas de desenvolvimento no distrito.
- **Representante dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE):** incluído devido ao seu envolvimento em programas e projectos relacionados com

agricultura, desenvolvimento rural, e segurança alimentar, sectores frequentemente associados às iniciativas de desenvolvimento comunitário.

- **Representante dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestrutura (SDPI):** seleccionado pelo seu papel nos processos de planificação distrital, coordenação de infraestruturas e articulação de investimentos públicos e comunitários, aspectos relevantes para compreender os mecanismos de participação no planeamento local.
- **Líderes comunitários das duas comunidades:** incluídos por desempenharem funções de representação local e mediação entre as comunidades, o governo e as organizações implementadoras. A sua participação permitiu compreender as dinâmicas locais de mobilização, consulta e envolvimento comunitário nos projectos de desenvolvimento.

3.4.2. Participantes a nível do sector privado

- **Representante do fórum das Organizações Não Governamentais (ONGs):** eleito por representar organizações directamente envolvidas na implementação de projectos de desenvolvimento comunitário no distrito, possibilitando compreender as abordagens participativas adoptadas pelas organizações e os desafios associados ao envolvimento das comunidades nos processos de desenho e implementação das intervenções.

De forma geral, a inclusão destes diferentes participantes permitiu assegurar a triangulação da informação recolhida junto dos membros das comunidades, possibilitando confrontar percepções, experiências e discursos provenientes de diferentes actores envolvidos nos processos de desenvolvimento local.

No que concerne às discussões em grupos focais, foram conduzidas quatro discussões envolvendo cerca de 48 participantes no total, com uma média de 12 membros por grupo, conforme a distribuição apresentada abaixo. Os participantes foram seleccionados de forma intencional, considerando critérios relevantes para os objectivos da pesquisa, nomeadamente: ser adulto, ter participado anteriormente em pelo menos um projecto de desenvolvimento comunitário ou integrar associações locais de agricultores.

Procurou-se incluir participantes com experiência directa nos processos participativos analisados pelo estudo, de modo a garantir maior profundidade e relevância das informações

recolhidas. Observou-se igualmente uma predominância da participação feminina, correspondente a aproximadamente 80% dos participantes.

A decisão de não incluir mais participantes foi orientada pelo princípio da saturação teórica, entendida como o momento em que as discussões deixaram de produzir informações novas ou significativamente diferentes à medida que a colecta de dados avançava.

Tabela 2. Tabela de amostra para discussões em grupos focais

Categoria de grupo	Comunidade		Nº de participantes
	Kokwe	Tsocate	
Membros da Associação de agricultura e pecuária	1	1	24
Membros da comunidade (Homens e Mulheres)	1	1	24
Total			48

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

3.5. Técnica de análise de dados

Para a análise de dados na presente pesquisa, foi usada a análise temática proposta por Braun e Clarke (2006), pois esta nos dá a possibilidade de fazer uma descrição mais detalhada e diferenciada dos dados através de um conjunto de temas previamente definidos. Assim sendo, foram obedecidos os seguintes passos:

- 1. Familiarização com os dados recolhidos:** nesta fase procedeu-se à leitura e releitura dos dados obtidos durante o trabalho de campo, com o objetivo de compreender o conteúdo das informações e identificar ideias preliminares relevantes para a análise.
- 2. Codificação dos dados:** após a familiarização, os dados foram identificados e codificados, permitindo organizar as informações de acordo com as categorias iniciais.
- 3. Identificação dos temas:** a partir dos códigos gerados, iniciou-se o processo de procura de temas.
- 4. Revisão dos temas:** nesta etapa os temas previamente identificados foram analisados e revistos, de modo a garantir a sua relação com o conjunto dos dados recolhidos.
- 5. Definição e nomeação dos temas:** posteriormente, os temas foram refinados, sendo atribuídas designações que refletissem de forma clara o conteúdo e o significado de cada um.

- 6. Redação da análise:** por fim, procedeu-se à organização e apresentação dos resultados da análise, articulando os temas identificados com os dados empíricos e com o referencial teórico do estudo.

A análise temática, proporciona aos investigadores uma abordagem flexível e rigorosa para a análise de dados qualitativos. Seguindo as etapas-chave descritas no seu quadro, os investigadores podem efectivamente identificar e interpretar padrões de significados nos seus dados. (Braun e Clarke, 2012).

3.6. Princípios éticos

Com vista a salvaguardar os entrevistados, um conjunto de princípios e normas éticas foram levados a cabo antes, durante e depois do processo de recolha de dados, conforme se descreve a seguir: Os participantes da pesquisa foram convidados a dar um consentimento informado tal como recomenda o comité nacional de bioética. O consentimento informado consistiu em duas partes: uma parte com o resumo da informação chave da pesquisa, tal como o propósito da pesquisa, e a outra parte que incluiu a declaração do seu consentimento de participar de forma informada na pesquisa. Por outro lado, foi assegurada a confidencialidade através da omissão da identidade dos participantes. Note-se, também, que grande parte da informação foi analisada por grupo de pessoas, salvaguardando-se, assim, as opiniões individuais. A privacidade foi assegurada na medida em que as entrevistas decorreram em local privado livre de interferências, onde os participantes podiam sentir-se à vontade o suficiente para responder livremente às questões colocadas. Com vista a assegurar o anonimato, foi feita a ocultação da identidade dos participantes, não permitindo que seus nomes sejam associados às respostas colectadas. Todas as questões foram colocadas na língua local ou na língua portuguesa conforme a vontade do entrevistado.

3.7. Trabalho de campo

O trabalho de campo foi realizado durante um período de sete dias, distribuídos entre o distrito de Mabalane e a cidade de Xai-Xai. As actividades decorreram entre os dias 02 e 10 de junho de 2025, sendo cinco dias dedicados às comunidades no distrito de Mabalane e dois dias destinados a actividades complementares na cidade de Xai-Xai. O processo de recolha de dados contou com o apoio de um assistente de campo, responsável por auxiliar na tomada de notas durante as sessões de entrevista e nas discussões em grupo, bem como na transcrição dos áudios resultantes das entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais realizados.

Com o objetivo de garantir a qualidade e a fidelidade das informações recolhidas, após a transcrição de cada gravação procedeu-se à comparação entre o texto transcrito e o respetivo áudio, de modo a verificar a existência de possíveis omissões ou acréscimos de informação. Posteriormente, as entrevistas transcritas foram organizadas, codificadas e armazenadas numa base de dados para facilitar o processo de análise.

3.8. Limitações do estudo e formas de superação

Uma das principais limitações foi a dificuldade de mobilização dos participantes, sobretudo no período da manhã, pelo facto de eles estarem maioritariamente a trabalhar nas suas machambas. Para contornar essa situação, optámos por realizar, durante as manhãs, entrevistas individuais com representantes das instituições governamentais e da liderança comunitária, reservando as discussões em grupo para o período da tarde, quando a disponibilidade dos membros da comunidade era maior.

Outra limitação observada foi a retração inicial dos participantes nas discussões em grupo, motivada pelo receio de que a equipa de pesquisa estivesse a actuar sob orientação das ONGs, o que poderia levar a represálias futuras. Para mitigar esse constrangimento, reforçamos, de forma contínua, a explicação sobre a nossa identidade e sobre os objectivos do estudo, sublinhando o seu carácter exclusivamente académico.

3.9. Codificação das entrevistas

As entrevistas foram codificadas obedecendo a seguinte sequência: i) Ordem da entrevista (ex. E1, DGF1), ii) Sexo do entrevistado e, iii) Local da entrevista.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Perfil do distrito de Mabalane

O distrito de Mabalane localiza-se na região central da província de Gaza, em Moçambique, tendo como sede administrativa a vila de Mabalane. Geograficamente, o distrito faz fronteira a norte com o distrito de Mapai, a nordeste e leste com o distrito de Chigubo, a sudeste com o distrito de Guijá, a sul com o distrito de Chókwè e, a oeste, com os distritos de Massingir e Chicualacuala. O distrito possui uma área aproximada de 9.580 km² e, de acordo com os dados do Censo Geral da População e Habitação de 2017, conta com uma população de 43.883 habitantes, o que corresponde a uma densidade populacional de cerca de 4,5 habitantes por quilómetro quadrado. Em comparação com o Censo de 2007, que registou 32.752 habitantes, observa-se um crescimento populacional de aproximadamente 33,9% no período intercensitário.

4.1.1. Dados gerais do distrito

Tabela 3. Dados gerais do distrito de Mabalane

Descrição	Distrito de Mabalane
Área (km ²)	9 107
População (hab.)	39 550
Densidade populacional (hab./km ²)	4,3
Número médio de membros nos agregados familiares	5,9
Taxa de analfabetismo (%)	43,0
Principais actividades económicas	Agricultura e Pecuária
Principais produtos	Milho e Gado bovino

Fonte: INE

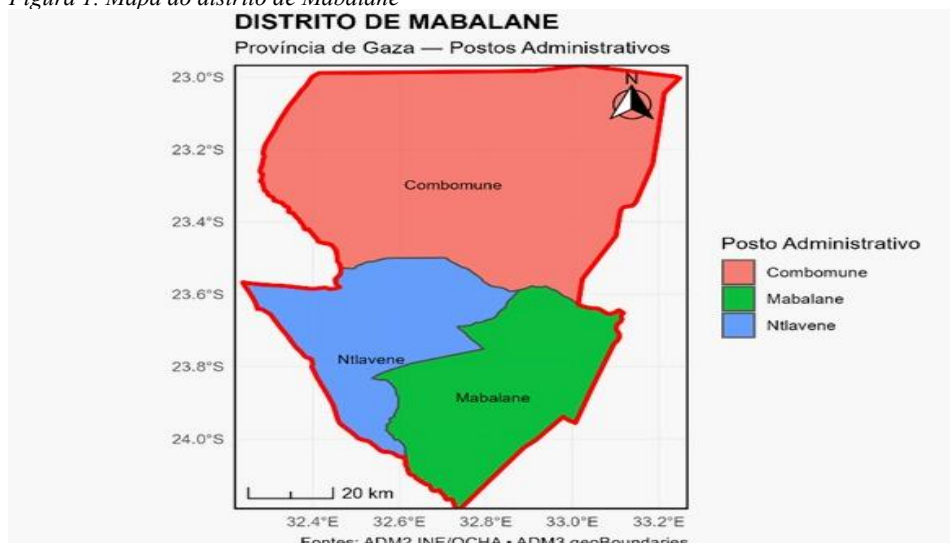
4.1.2. Divisão administrativa do distrito

Tabela 4. Divisão administrativa do distrito de Mabalane

Posto Administrativo	Localidade
Mabalane	Combomune Estação
	Combomune Rio
Combomune	Mabalane
	Nhatimamba
	Tsocate
Tlhavane	Shipswane
	Tlhavana

Fonte: Perfil do distrito

Figura 1. Mapa do distrito de Mabalane



4.2. Tipologias de ONGs e abordagens de desenho de projectos

A análise dos dados permite identificar dois perfis predominantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) actuaes na implementação de projectos de desenvolvimento em Moçambique. O primeiro grupo compreende ONGs que canalizam fundos flexíveis directamente para o tesouro nacional, conferindo ao Governo central a responsabilidade pela definição das prioridades de intervenção. O segundo grupo, mais predominante no contexto moçambicano actual, é composto por ONGs que adoptam o modelo de implementação directa, estruturando e executando projectos com base em agendas institucionais próprias.

O perfil das organizações não-governamentais (ONGs) no desenho e implementação de projectos de desenvolvimento tem sido amplamente discutido na literatura especializada, sobretudo em contextos de fragilidade institucional, como o moçambicano. Segundo Fowler (2000), as ONGs podem assumir distintos perfis organizacionais, desde prestadoras de serviços até agentes de mobilização cívica, cujas funções são, muitas vezes, moldadas pelas dinâmicas de financiamento e pelas exigências dos doadores. Essa influência externa tende a reforçar a lógica de implementação directa, deslocando o centro da decisão para os escritórios das ONGs e seus parceiros internacionais, em detrimento do governo local.

Existem dois tipos de ONGs, aqueles que injetam dinheiro do tesouro, através do Governo Central, e os Governos Distritais fazem a aplicação em função das necessidades locais discutidas com a população local... vamos fazer isto ou aquilo na comunidade tal. Mas também existem os que implementam directamente, com

esses as vezes entramos em choque porque querem fazer coisas onde já foram feitas
(E2, Masculino, Mabalane Sede).

Segundo os entrevistados, têm-se observado uma redução no número de ONGs que optam pela injeção directa de fundos no Orçamento do Estado. Esse declínio é atribuído, em parte, à falta de confiança em relação à gestão pública dos recursos financeiros, particularmente no que se refere à transparência e à prestação de contas institucional. A recorrência de escândalos de corrupção e o uso indevido de fundos públicos têm contribuído para uma percepção de risco por parte dos financiadores internacionais, os quais veem na canalização directa uma possibilidade acrescida de desvios e de não concretização das acções previstas.

No mesmo sentido, Brinkerhoff (2002) analisa as relações entre ONGs e governos sob diferentes acordos de cooperação, apontando que, em contextos onde o Estado é percebido como pouco eficaz ou não confiável, os doadores frequentemente optam por canalizar recursos directamente às ONGs. Essa prática, embora eficiente em termos de controle financeiro e entrega de resultados a curto prazo, pode gerar tensões institucionais e reduzir o espaço para coordenação interinstitucional, além de minar a legitimidade e a capacidade estatal a longo prazo.

Em contextos de fragilidade, como ocorre em Moçambique, os doadores enfrentam o dilema entre garantir a continuidade da prestação de serviços essenciais e ao mesmo tempo promover a construção da capacidade estatal. Nesse cenário, as ONGs tornam-se actores-chave para a implementação de políticas sociais e programas de desenvolvimento, mas sua actuação é frequentemente marcada por uma lógica paralela à do Estado, o que limita a possibilidade de articulação e dificulta a institucionalização de boas práticas.

Uma das coisas que acontece muito é que os projectos quando veem trazem seus próprios extensionistas, invés de desenvolver capacidade aos extensionistas do sistema, já existentes, incorrendo a custos desnecessários até com pessoas que não têm as qualificações de um extensionista, mas eles fazem questão de implementar tudo directamente (E1, Masculino, Mabalane Sede).

Dessa forma, a opção predominante pelo modelo de implementação directa por parte das ONGs em Moçambique não é apenas uma decisão operacional, mas resulta de um arranjo institucional que reflete tanto as limitações percebidas do Estado quanto as estratégias de mitigação de risco adotadas pelos doadores. Tal dinâmica ajuda a compreender os padrões observados no terreno, nos quais o envolvimento das autoridades locais e das comunidades

no desenho dos projectos tende a ser marginal, limitando o potencial de apropriação e sustentabilidade das intervenções. Em contrapartida, o modelo de implementação directa adoptado pela maioria das ONGs tem sido percebido pelos doadores como uma alternativa mais segura, sobretudo por possibilitar maior controle sobre a execução física e financeira dos projectos. A supervisão directa, realizada por meio de visitas de monitoria, relatórios narrativos e demonstrações financeiras regulares, contribui para fortalecer os mecanismos de prestação de contas e reduzir os riscos associados à má gestão de recursos.

4.3. Papel limitado do governo e da comunidade local no desenho dos projectos

A análise das entrevistas revela que grande parte dos projectos implementados pelas ONGs locais é desenhada com base em parâmetros previamente definidos pelos doadores internacionais, os quais estabelecem as áreas temáticas, os problemas a serem abordados, os resultados esperados e, por vezes, até as áreas geográficas prioritárias de actuação. Neste modelo, os doadores lançam concursos para o desenho de projectos em áreas específicas, para as quais as ONGs se candidatam apresentando propostas que demonstrem sua capacidade técnica e institucional para executar as intervenções propostas. Esse modelo evidencia uma dinâmica fortemente centralizada, em que o desenho dos projectos ocorre essencialmente no âmbito técnico das ONGs, dentro dos limites estipulados nos concursos de financiamento. Tal constatação remete à crítica formulada por Escobar (1995), segundo a qual o “desenvolvimento” é frequentemente construído como um campo discursivo hegemonizado por instituições externas que produzem diagnósticos e prescrições a partir de paradigmas globais, desconsiderando as realidades e prioridades locais. Nesse processo, os problemas sociais deixam de ser construídos de forma situada e passam a ser traduzidos para formatos compatíveis com os instrumentos burocráticos e tecnocráticos dos doadores.

Ferguson (1994) complementa essa visão ao demonstrar como o desenvolvimento, quando concebido como um projecto técnico e apolítico, tende a despolitizar os contextos nos quais intervém, reforçando lógicas institucionais e agendas externas em detrimento da autonomia e da participação das comunidades locais. Assim, a subordinação das ONGs às exigências pré-formatadas dos financiadores acaba por limitar sua capacidade de actuar como mediadoras genuínas entre os saberes locais e os recursos externos, enfraquecendo os potenciais emancipatórios do desenvolvimento participativo.

Cada doador tem inclinação para cada área específica e firma compromisso com o Governo Central através do MINEC, exemplo do Fundo Global. Os doadores lançam concurso para uma área específica e cada ONG concorre de acordo com a sua vocação. Depois do projecto aprovado ele sai do nível central e desce para as direções provinciais, até chegar ao Governo distrital (E4, Feminino, Xai-Xai).

De acordo com entrevistados, o processo de desenho dos projectos tem ocorrido com participação limitada, ou mesmo inexistente, dos governos locais e das comunidades. A interacção com estes actores tende a iniciar-se apenas após a aprovação dos projectos e a confirmação dos financiamentos. Os dados sugerem que os governos distritais são informados sobre os projectos apenas quando estes já se encontram totalmente estruturados e com diretrizes operacionais bem definidas, não havendo espaço significativo para alterações substanciais, especialmente em relação aos aspectos orçamentais.

Uma coisa é fazer o concept note e descer ao distrito para colher os inputs, outra é fazer tudo e só descer com tudo aprovado para informar. A nossa preocupação não é o orçamento, mas sim as actividades em função dos problemas locais que nós conhecemos (E1, Masculino, Mabalane Sede).

De modo geral, os dados indicam que o envolvimento comunitário na fase de desenho é incipiente ou ausente. As comunidades locais são maioritariamente vistas como destinatárias das intervenções, com papel restrito à recepção dos apoios, sem participação activa no processo de definição das prioridades ou na concepção das acções. Tal cenário está em consonância com as reflexões de Edwards e Hulme (1996), que apontam para uma crescente tendência das ONGs em priorizar a prestação de contas vertical (para os doadores) em detrimento da horizontal (para as comunidades). De acordo com os autores, a lógica competitiva de captação de recursos força as organizações a moldarem suas propostas para atender aos requisitos formais dos financiadores, muitas vezes em detrimento de um processo participativo genuíno com os beneficiários. Como resultado, observa-se uma distância crescente entre os objectivos institucionais das ONGs e as necessidades concretas das comunidades, o que compromete a legitimidade e a sustentabilidade das intervenções. Essa tendência também contribui para a burocratização das ONGs, afastando-as do seu papel original de articulação comunitária e defesa de direitos.

No geral, a lógica evidenciada nas entrevistas se distancia da concepção de desenvolvimento comunitário proposta por Souza (2002), que compreende o desenvolvimento como um processo de construção colectiva, protagonizado pelos sujeitos sociais inseridos no

território. Para a autora, a participação deve estar presente desde o momento da problematização da realidade até a definição dos caminhos e estratégias de transformação. O modelo identificado nas entrevistas, ao contrário, reforça a lógica de intervenções impostas, que instrumentalizam as comunidades como beneficiárias, mas não como sujeitos activos de suas próprias trajectórias de desenvolvimento.

Ademais, essa prática revela uma contradição estrutural: embora o discurso da cooperação internacional enfatize a “participação” e o “fortalecimento local”, na prática, as comunidades e os governos distritais são reduzidos a executores de agendas alheias às suas prioridades reais. Tal realidade compromete a construção da autonomia comunitária, aspecto central na proposta de Souza, que defende um desenvolvimento centrado no reconhecimento da comunidade como espaço de poder e decisão.

Conforme destaca Souza, a verdadeira participação implica o envolvimento das populações desde o diagnóstico dos problemas até a tomada de decisões, e não apenas em momentos pontuais de implementação ou prestação de contas. A ausência desse protagonismo, conforme observado nos relatos, contribui para o deslocamento simbólico do poder de decisão, deslegitimando os saberes locais e esvaziando o potencial transformador das acções comunitárias.

4.4. Desalinhamento entre prioridades locais e intervenções

Os dados analisados revelam a inexistência, na prática, de mecanismos sistemáticos de levantamento e definição participativa de prioridades. Segundo os entrevistados, este vazio contribui para a persistência de desigualdades territoriais, sendo comum a exclusão de comunidades com condições extremamente precárias das acções de intervenção, sobretudo as mais recônditas. Conforme destacam os entrevistados, observa-se, maioritariamente, a concentração de projectos em comunidades já atendidas anteriormente, frequentemente seleccionadas com base em critérios de acessibilidade geográfica, e não necessariamente em função do grau de vulnerabilidade ou necessidade identificada.

(...) As prioridades neste caso são definidas pelas próprias ONGs porque o dinheiro é deles. Temos o exemplo de Tsocate, eles vieram dizer que querem construir fontes de água em Tsocate onde já não existe problemas de água em detrimento de outras comunidades em que ainda existem problemas sérios de água (E2, Masculino, Mabalane Sede).

Essa prática remete à crítica de Chambers (1997), que alerta para a tendência das organizações de “ir onde é mais fácil”, um viés operacional que compromete a equidade e mina os princípios da participação cidadã no desenvolvimento. No mesmo sentido, Fraser (2000) propõe o conceito de injustiça de representação, referindo-se à exclusão sistemática de determinados grupos ou territórios das arenas onde são definidas as prioridades públicas, mesmo que estas decisões os afectem directamente.

Além disso, mesmo quando os temas das intervenções (como agricultura ou segurança alimentar) são pertinentes, observa-se que as estratégias adotadas muitas vezes não dialogam com os contextos socioeconómicos, culturais ou ambientais das comunidades. Tal desajuste compromete a eficácia das acções, mesmo quando o foco temático é considerado relevante pelas comunidades locais.

Esse desajuste reforça o argumento de Santos (2002) sobre a “falta de tradução” entre os saberes locais e os modelos tecnocráticos de desenvolvimento, o que tende a reduzir a eficácia e a sustentabilidade das intervenções. Da mesma forma, Sen (1999), enfatiza que o desenvolvimento deve ampliar as liberdades reais das pessoas, o que só é possível por meio de uma escuta activa e de soluções contextualizadas. Finalmente, Ferguson (1994) observa que o desenvolvimento, ao ignorar os contextos locais e privilegiar a racionalidade técnica, frequentemente falha em atingir seus próprios objectivos declarados, sendo eficaz apenas em manter estruturas institucionais e lógicas externas.

Os projectos às vezes acertam as intervenções, mas o problema é a forma de fazer, por exemplo podem vir nos dar sementes para nos ajudar a produzir. Isso é bom, mas depois a semente que trazem não é boa, ou trazem sistemas de irrigação, mas os sistemas também não são bons e não duram (DGF 1, Kokwe).

Adicionalmente, os entrevistados destacaram que muitos dos projectos são concebidos com base em pressupostos globais, geralmente ancorados nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Embora estes forneçam um referencial importante, sua aplicação genérica e descontextualizada tem dificultado o alinhamento com as especificidades locais, o que compromete a pertinência e sustentabilidade das intervenções.

No geral, as constatações reforçam a crítica feita por Souza (2002) à lógica de planeamento técnico-centralizado, que ignora os saberes e dinâmicas dos territórios em nome da eficiência operacional. Para a autora, o desenvolvimento comunitário não pode ser tratado como um conjunto de pacotes técnicos aplicados de fora para dentro, mas como um processo

construído dialecticamente entre os sujeitos sociais e os desafios concretos do seu território. O deslocamento da decisão sobre prioridades para esferas externas compromete a construção da autonomia das comunidades e resulta em intervenções desconectadas da realidade local.

Souza argumenta que, sem um processo contínuo de leitura colectiva do território, a intervenção tende a reproduzir padrões de exclusão histórica, ainda que com intenções transformadoras. Isso se observa no padrão identificado nos dados, onde os projectos se concentram em comunidades já previamente beneficiadas, muitas vezes por serem de mais fácil acesso, em detrimento daquelas mais empobrecidas ou isoladas. Essa selectividade baseada em critérios de viabilidade operacional, e não de justiça social, revela uma falha estrutural no modelo adotado.

Para Souza, a transformação social requer que os sujeitos historicamente marginalizados sejam protagonistas na formulação de diagnósticos e definição de caminhos, e não apenas receptores passivos de intervenções. A ausência desses mecanismos participativos, conforme apontado pelos entrevistados, não apenas limita a eficácia das acções, mas também enfraquece a capacidade das comunidades de reconhecer-se como sujeitos colectivos capazes de agir sobre a sua própria realidade.

De acordo com Souza (2002), os processos de desenvolvimento apresentam características próprias em cada país, região ou contexto específico. Dessa forma, qualquer estratégia de desenvolvimento deve partir da realidade concreta em que se encontra determinada sociedade. Compreender essa situação implica analisá-la de forma histórica, estrutural e dialética, considerando os fatores sociais, económicos e políticos que moldam o contexto em questão. Neste sentido, não existem modelos universais ou pré-definidos que possam ser aplicados indistintamente aos diferentes contextos, uma vez que cada realidade possui condições particulares que influenciam o seu próprio percurso de desenvolvimento.

Para a autora, o desenvolvimento pressupõe igualmente a capacidade dos cidadãos de refletir, decidir e agir sobre a sua própria realidade social. Assim, pensar o desenvolvimento implica reconhecer o seu carácter relativo, uma vez que não existe uma condição absoluta ou plenamente alcançada de desenvolvimento. O que pode ser observado são processos mais ou menos amplos e profundos de transformação social, avaliados com base em critérios como o grau de participação da população nas decisões e na gestão das acções que afetam a sua vida coletiva. Neste sentido, Souza (2002) argumenta que o desenvolvimento está

intrinsecamente associado à participação, sendo esta um elemento fundamental para a construção de processos de transformação social mais inclusivos.

4.5. Percepções críticas sobre o papel das ONGs

Durante a análise dos dados, emergiram percepções críticas por parte de representantes locais em relação ao papel desempenhado por algumas organizações não-governamentais. Um dos pontos recorrentes refere-se à impressão de que determinadas ONGs recorrem às comunidades sobretudo como meio de justificar a captação e execução de fundos, sem necessariamente promover mudanças estruturais ou sustentáveis no contexto onde actuam. Essa percepção é reforçada por relatos de casos em que ONGs operam há mais de uma década nas mesmas comunidades, sem que se observe uma redução significativa nos níveis de pobreza ou vulnerabilidade. Tal constatação tem levado interlocutores locais a questionar a efectividade dessas intervenções, bem como a ausência de processos reflexivos por parte das próprias organizações quanto à continuidade de suas abordagens.

Para ser franco, muitas ONGs agem como caça fundos. Nós até entendemos isso, mas não é certo eles virem aqui nos dizer o que temos de fazer (E3, Masculino, Mabalane Sede).

Há ONGs que estão aqui há mais de 10 anos nas mesmas comunidades, só trocam de projectos em cada 2 a 3 anos, mas se olharmos para essas comunidades vamos encontrar que continuam muito pobres outras pior (E2, Masculino, Mabalane Sede).

Essa percepção se alinha à análise de Cornwall (2007), que alerta para o uso instrumental da “participação” como linguagem legitimadora diante dos doadores, mas que, na prática, não resulta em poder de decisão real por parte das populações locais.

Mosse (2005), por sua vez, mostra como os projectos de desenvolvimento frequentemente funcionam mais como sistemas de produção de legitimidade e reprodução institucional do que como mecanismos efectivos de transformação social. Isso se manifesta em intervenções de longa duração em territórios marcados pela pobreza, sem que haja mudanças estruturais perceptíveis, uma realidade também destacada por Roy (1995), que denuncia a “ONG-ização” da assistência em contextos de crise como um processo que substitui soluções políticas por respostas técnicas e repetitivas, esvaziadas de conteúdo emancipador.

A ausência de processos reflexivos internos nas organizações, apontada pelos entrevistados, remete ainda à crítica formulada por Petras e Veltmeyer (2001), segundo os quais muitas ONGs operam como correias de transmissão de agendas neoliberais, focando na gestão de projectos e não na mobilização social ou mudança estrutural. Nesse cenário, a efectividade das intervenções passa a ser medida mais pela capacidade de prestar contas aos financiadores do que pelo impacto real nas condições de vida das comunidades. Ferguson (1994) também contribui para essa análise ao demonstrar como projectos de desenvolvimento podem acabar reforçando a presença institucional e o controle administrativo, ao invés de reduzir vulnerabilidades ou redistribuir poder.

Relativamente a esta crítica, as ONGs argumentam que a missão institucional das organizações permanece centrada na promoção do desenvolvimento, em resposta às necessidades sentidas pelas comunidades locais, mas em linha com os objectivos de Desenvolvimento Sustentável, enquanto pressupostos globais. Contudo, reconhecem que os esforços empreendidos individualmente podem ser insuficientes diante da magnitude dos desafios enfrentados, reforçando a importância de estratégias coordenadas entre diferentes ONGs e destas com o Estado, a fim de se alcançar maior impacto e sustentabilidade nas acções implementadas.

4.6. Planificação excludente e não participativa

No que se refere ao processo de planificação, que ocorre geralmente após a confirmação e transferência de fundos por parte dos doadores, mas antes do início efectivo das actividades, os dados apontam para uma participação limitada ou mesmo inexistente dos órgãos locais e das comunidades. Essa ausência de envolvimento tem sido associada, de acordo com os entrevistados, à recorrente sobreposição de intervenções de diferentes ONGs nas mesmas regiões, bem como à implementação de acções desalinhadas com as especificidades locais.

Um exemplo frequentemente citado refere-se à aquisição e distribuição de sementes de variedades inadequadas às condições agro-ecológicas da região, o que compromete a eficácia das intervenções no sector agrícola. Embora os serviços distritais relatem a realização de reuniões de planificação, estas são descritas como meramente informativas, sem espaço real para contribuições ou adaptações por parte dos actores locais. Tal dinâmica gera percepções de descrença quanto à autenticidade da participação local nesses processos. Esta situação, está alinhada com aquilo que Pretty (1994) classifica como “Participação

passiva”, aquela em que as pessoas participam sendo informadas do que vai acontecer ou já aconteceu. Portanto, uma decisão unilateral, sem qualquer tipo de consulta ou diálogo.

As vezes participamos em reuniões de planificação e sempre levantamos este assunto, e alertamos sobre possíveis falhas na planificação. A resposta é sempre de que vão tomar nota e vão ver como acomodar, mas dificilmente isso acontece (E1, Masculino, Mabalane Sede).

Às vezes notamos que precisa-se mais do que está previsto nos projectos. Neste caso não podemos fazer nada apenas registamos para próximos projectos (E4, Feminino, Xai-Xai).

Para Chambers (1997), esse tipo de abordagem decorre de uma lógica tecnocrática que considera o conhecimento local como secundário ou irrelevante, favorecendo decisões *top-down* baseadas em lógicas externas. Já Mosse (2005) destaca que, muitas vezes, os processos de planificação não têm como objectivo central a adaptação ao contexto, mas sim a justificação burocrática das decisões já tomadas, limitando a capacidade dos actores locais de alterá-las. A realização de reuniões meramente informativas, como apontado pelos entrevistados, alimenta a descrença na autenticidade da participação, reforçando relações assimétricas entre doadores, ONGs e comunidades.

Nesse cenário, também é pertinente a contribuição de Santos (2002) ao abordar a ideia de “*Epistemologias do Sul*”, que enfatizam a importância de valorizar os saberes locais nos processos de decisão. A desvalorização sistemática desses saberes, como evidenciado na rejeição de contribuições dos serviços distritais, leva à implementação de soluções tecnicamente ineficazes e socialmente deslegitimadas.

Entre os efeitos observados da ausência de planificação participativa, destaca-se a duplicação de esforços institucionais, especialmente quando as ONGs introduzem técnicos com perfis já existentes nos serviços distritais. Essa prática tem sido apontada como um factor que enfraquece a articulação local e compromete a continuidade das acções após o encerramento dos projectos. Na perspectiva dos serviços distritais, tais situações poderiam ser evitadas por meio de processos de planificação mais inclusivos e coordenados.

A lógica refletida nas falas dos entrevistados é directamente confrontada por Souza (2002), que afirma que o verdadeiro desenvolvimento comunitário requer que o conhecimento do território e das suas especificidades seja o ponto de partida e não um dado marginal. Para Souza, ignorar os saberes locais equivale a perpetuar uma “epistemologia da imposição”,

onde o conhecimento técnico, associado ao agente externo, é considerado superior ao conhecimento popular.

Além disso, a descrição das reuniões de planificação como espaços informativos e não deliberativos evidencia o que Souza identifica como uma das formas mais comuns de "participação simbólica": uma participação que existe apenas formalmente, mas que não oferece espaço real de escuta, influência ou poder de decisão. Essa prática despolitiza a ideia de participação, reduzindo-a a um protocolo institucional em vez de um processo de construção colectiva.

De acordo com Souza (2002), uma questão muito presente nos processos de desenvolvimento e que exige ser entendida até historicamente, é que muitas práticas intituladas de participação não são mais do que processos de dominação e, por conseguinte, processos de contra-participação.

A consequência mais profunda dessa lógica, conforme demonstram os relatos, é a deslegitimação dos espaços participativos e a crescente descrença das comunidades em relação às promessas de inclusão. Para Souza, isso configura um obstáculo não apenas técnico, mas político e ético, pois desmobiliza os sujeitos e enfraquece a construção de projectos autónomos e sustentáveis. A repetição de práticas desse tipo compromete não só os resultados materiais, mas também a confiança e o engajamento das populações nos processos de transformação social.

Nesse sentido, a planificação excludente observada nos dados analisados contraria o princípio de centralidade do sujeito colectivo no processo de desenvolvimento, e reforça a necessidade de se construir métodos de intervenção pautados no diálogo, na escuta activa e na reconstrução conjunta do conhecimento e das prioridades de acção.

4.7. Limitações estruturais e orçamentais

Os dados sugerem que a rigidez orçamental imposta por grande parte dos doadores constitui uma limitação significativa para a flexibilidade na gestão e adaptação dos projectos implementados por ONGs. Os entrevistados indicam que os financiadores exigem a execução estrita dos recursos conforme estabelecido no orçamento originalmente aprovado, o que restringe a possibilidade de introdução de novas actividades ou de realocação de fundos para responder a demandas emergentes identificadas ao longo do ciclo do projeto.

Essa limitação tem sido apontada como um dos principais factores que inibem a participação efectiva dos actores locais, uma vez que mesmo quando as organizações reconhecem a pertinência de determinados ajustes propostos pelas comunidades, muitas vezes não dispõem de margem financeira ou institucional para integrá-los às suas acções em curso.

Antes do início da implementação temos sentado com o Governo local para planificar olhando para as actividades previstas no projecto. Aqui são definidas as estratégias de implementação, e feitos alguns ajustes, porém não temos tido muita flexibilidade em adicionar novas actividades ou fazer alterações que envolvam o orçamento (E5, Masculino, Tsocate).

Esta crítica pode ser encontrada na análise de Edwards (1999), ao discutir a tensão entre eficiência administrativa e relevância social nas práticas das ONGs, quando argumenta que, à medida que as ONGs priorizam eficiência administrativa, isto é, cumprir metas, prazos e relatórios conforme exigido pelos doadores, elas podem acabar se distanciando das necessidades reais das comunidades onde actuam, comprometendo a relevância social das intervenções, já que os projectos preocupam-se mais em se adequar aos formatos de financiamento. Neste contexto, na visão de Edwards, o sucesso organizacional passa a ser determinado por critérios como cumprimento de indicadores e execução orçamental, em vez de mudanças sociais duradouras, como empoderamento comunitário ou fortalecimento institucional local.

Mosse (2005) argumenta que os projectos de desenvolvimento são frequentemente estruturados de maneira a atender à lógica dos financiadores, e não necessariamente à lógica dos contextos locais, resultando em um mecanismo de gestão de contratos em vez de um processo dialógico de mudança. Essa lógica burocrática inflexível também é criticada por Ferguson (1994), ao mostrar como ela transforma a intervenção social em um exercício técnico deslocado da realidade, incapaz de responder de forma sensível a contextos dinâmicos e imprevisíveis.

Além disso, Appadurai (2004) chama a atenção para a importância da *capacidade de aspiração* como uma dimensão essencial da cidadania: comunidades só podem se engajar verdadeiramente no processo de desenvolvimento quando percebem que suas contribuições têm chances reais de serem incorporadas. A impossibilidade de integrar propostas locais, mesmo quando reconhecidas pelas ONGs como pertinentes, mina essa capacidade e desencoraja o envolvimento comunitário. Em suma, a rigidez orçamental não é apenas um

obstáculo técnico, mas uma barreira estrutural à construção de um desenvolvimento participativo, responsivo e transformador.

Além das restrições orçamentais, os dados também evidenciam limitações relacionadas à orientação temática das próprias ONGs. Muitas actuam exclusivamente em áreas programáticas específicas e, mesmo reconhecendo a existência de outras necessidades relevantes nas comunidades, não se encontram em condições institucionais para atendê-las, por estarem fora de seu escopo de actuação definido.

Essa limitação compromete directamente o que Souza (2002) define como participação como processo dialógico e emancipador. Para a autora, a transformação social exige flexibilidade, escuta e construção permanente de caminhos, algo que se torna inviável em contextos onde a lógica da prestação de contas financeira se sobrepõe à construção colectiva de sentido e propósito das acções.

Além disso, a existência de ONGs com escopos de actuação programaticamente restritos, que reconhecem outras necessidades comunitárias, mas se mostram incapazes de incorporá-las ilustra o que Souza denuncia como fragmentação do desenvolvimento, em que acções são guiadas por temáticas estanques e agendas externas, e não por uma leitura integral e situada do território. Para a autora, o verdadeiro desenvolvimento comunitário não pode ser reduzido a “caixinhas temáticas” (como apenas saúde, educação, agricultura), pois as comunidades vivem problemas de forma integrada e interdependente.

Essas limitações revelam uma inversão de prioridades no campo do desenvolvimento: em vez de os projectos se ajustarem às dinâmicas do território, é o território que é forçado a se adequar a modelos, formatos e categorias predefinidas.

Por fim, Souza alerta que a participação somente será efectiva se estiver vinculada à possibilidade real de influência. Em contextos onde as decisões centrais estão previamente amarradas por contratos, metas e orçamentos inflexíveis, a atuação local perde seu sentido transformador e se torna meramente executora. Assim, a crítica dos entrevistados não apenas denuncia a ineficácia de certos modelos, mas ecoa a urgência de se construirem práticas baseadas na autonomia local e na capacidade das comunidades de redireccionar, adaptar e planificar suas acções conforme suas próprias prioridades e temporalidades.

4.8. Vulnerabilidade como critério central de selecção e factor de engajamento

Os dados indicam que na fase inicial de implementação, são estabelecidos critérios para a selecção dos beneficiários directos. Tais critérios tendem a priorizar indivíduos em situação de elevada vulnerabilidade, incluindo pessoas com doenças crônicas, deficiências físicas, idosos e viúvas. A identificação dos beneficiários segue, portanto, um enquadramento técnico baseado em categorias de vulnerabilidade, sendo os seleccionados mobilizados com base na expectativa de que os projectos venham a contribuir para a mitigação de suas dificuldades específicas.

Nós não negamos nada, o pobre está aberto a receber tudo. Mesmo quando é uma coisa que sabemos que não vamos usar nós levamos e guardamos, mas não podemos negar de levar (DGF 2, Kokwe).

A centralidade da vulnerabilidade como critério técnico para a selecção de beneficiários directos revela uma abordagem funcionalista das intervenções sociais, na qual a identificação das pessoas-alvo é guiada por categorias administrativamente reconhecíveis. Essa lógica responde às exigências de eficiência e focalização, mas frequentemente desconsidera a complexidade dos contextos locais.

Chambers (1997) já advertia que o uso de critérios padronizados de vulnerabilidade tende a produzir uma visão simplificada da pobreza, reduzindo sujeitos a categorias fixas que não captam a totalidade de suas capacidades, aspirações ou vínculos sociais.

Ao mesmo tempo, as discussões em grupo revelam que a urgência material vivida pelas comunidades, sobretudo em contextos de pobreza agravada por eventos climáticos como a seca, contribui para um engajamento comunitário marcado por receptividade passiva. As intervenções são aceites sem grandes questionamentos, não necessariamente por consenso quanto à sua adequação, mas como reflexo da escassez e da esperança de algum alívio imediato.

Fassin (2011) argumenta que, nesse tipo de contexto, a vulnerabilidade opera como uma ferramenta de “legitimação moral” da ajuda, produzindo uma política da compaixão que inibe o espaço para reivindicações críticas e coloca as comunidades em uma posição de espera e submissão.

Essa participação pouco crítica também pode ser lida à luz da crítica de Spivak (1988) sobre a representação dos sujeitos subalternos, que frequentemente são falados por outros (ONGs, doadores) e cuja voz se vê silenciada no processo. A falta de espaço para sugestões ou ajustes

locais resulta, assim, não apenas de dinâmicas institucionais, mas também de relações de poder sedimentadas pela condição de necessidade extrema.

Essa abordagem, conforme adverte Souza (2002), tende a reduzir o papel dos sujeitos comunitários à condição de receptores de ajuda, enfraquecendo a construção de uma participação crítica e transformadora. Para a autora, a participação comunitária não deve estar condicionada à vulnerabilidade individual, mas sim orientada à constituição de sujeitos colectivos, capazes de atuar sobre as causas estruturais da pobreza e da exclusão.

O segundo aspecto revelado nos dados é a receptividade passiva das comunidades diante das intervenções, e está directamente relacionado à urgência material imposta pelos contextos de pobreza agravada pela seca. Nesses cenários, o engajamento ocorre frequentemente por necessidade imediata de acesso a bens e serviços, e não por adesão a um projecto político colectivo de transformação. Como resultado, a comunidade participa, mas não se apropria do processo.

Para Dubet (1996), essa situação reforça a desigualdade simbólica entre os que “dão” e os que “recebem”, dificultando a construção de uma cidadania participativa e dialógica. Ao tratar os beneficiários apenas como alvos de ajuda, e não como sujeitos políticos, o desenvolvimento corre o risco de reproduzir as condições de passividade que afirma querer superar. Ainda no campo das percepções locais, foi identificada uma postura ambivalente por parte de alguns membros da comunidade de Tsocate, que afirmaram não se opor ao facto de que as decisões sobre as intervenções fossem tomadas exclusivamente pelas ONGs, sob o argumento de que estas detinham maior conhecimento técnico.

Para Souza (2002), quando os sujeitos não se percebem como capazes de opinar, propor ou contestar, a participação perde seu carácter de construção de poder popular e se converte em submissão consentida. Essa ambivalência que se caracteriza por participar sem reivindicar o direito de decidir é, na visão de Souza, um dos principais obstáculos à construção de um projecto emancipador. Ela reforça que o desenvolvimento comunitário só se realiza quando há processos que ampliam a consciência crítica, permitindo que os sujeitos compreendam não apenas sua realidade imediata, mas também suas possibilidades de acção sobre ela.

Por outro lado, esta posição de extrema vulnerabilidade e por vezes incapacidade de fazer qualquer coisa transmitida discursivamente pelas comunidades, pode nalgum momento sinalizar um processo de autovitimização colectiva da própria comunidade como estratégia

para transferir toda responsabilidade do seu desenvolvimento ao Governo e ONGs, dificultando a criação de alternativas endógenas.

Dallari (citado por Souza, 2004), defende que todos os indivíduos têm o dever de participar na vida social. Para o autor, essa obrigação assenta em dois fundamentos principais. Em primeiro lugar, a vida em sociedade constitui uma necessidade básica do ser humano e caracteriza-se por um sistema permanente de troca de bens, serviços e experiências entre os indivíduos, sendo difícil encontrar alguém que não beneficie, em algum momento, da contribuição de outros membros da sociedade.

Em segundo lugar, Dallari argumenta que a ausência de participação de grande parte da população pode favorecer a concentração do poder nas mãos de um pequeno grupo. Quando muitos indivíduos adotam uma postura passiva e delegam as decisões a outros, abre-se espaço para que minorias mais ativas assumam o controlo das decisões coletivas, muitas vezes sem enfrentar resistência ou mecanismos de limitação do seu poder.

A presença de uma postura ambivalente entre alguns membros da comunidade, que aceitam a centralização das decisões pelas ONGs sob o argumento de sua superioridade técnica, aponta para uma dimensão frequentemente negligenciada nos debates sobre participação: a naturalização da autoridade técnica como critério de legitimidade. Embora essa visão tenha sido expressa por uma minoria, ela sugere que a confiança no conhecimento especializado das organizações externas pode, em certos contextos, reduzir a pressão por participação activa, reforçando uma dinâmica de delegação silenciosa. Essa constatação dialoga com as reflexões de Bourdieu (1984) sobre o “capital cultural e científico” como formas de dominação simbólica. Ao deterem o monopólio dos saberes técnicos, as ONGs se posicionam como legítimas portadoras da verdade do desenvolvimento, mesmo em detrimento dos saberes locais.

Foucault (1977) também é central para essa análise ao mostrar como o saber técnico é frequentemente articulado com o poder institucional, o que ele chama de “biopoder”, criando uma situação em que os sujeitos internalizam normas e hierarquias baseadas na *expertise*. Nesse sentido, a aceitação da autoridade técnica das ONGs pode ser entendida como produto de uma governamentalidade difusa, na qual as populações passam a gerir suas expectativas dentro das fronteiras estabelecidas pelas organizações implementadoras.

Essa dinâmica também remete à crítica de Chambers (1997), para quem a exclusão da comunidade nos processos decisórios frequentemente é justificada por razões técnicas, ainda

que tais justificativas mascarem desigualdades estruturais de poder. Por outro lado, autores como Jasanoff (2003) e Epstein (1995) argumentam que a ciência e o saber técnico não são neutros, e que a produção de conhecimento legítimo deve incluir mecanismos participativos e contextuais, o que amplia a noção de *expertise* para além dos limites institucionais. Portanto, embora essa confiança na autoridade técnica possa ser vista como sinal de reconhecimento institucional, ela também revela os limites do empoderamento comunitário em contextos onde o conhecimento é hierarquizado e centralizado fora das comunidades.

Musukwa (2001:20) e Hussein (2003:278) trazem uma visão diferente, salientando que os cidadãos ficam relutantes em participar se estiverem frustrados pelas condições económicas que lhes roubam a paz de espírito e o desejo de participar efectivamente, sobretudo se já tiverem experimentado processos de participação que não deram resultados tangíveis. A fraca posição financeira das comunidades locais não só reduz a capacidade das comunidades de participarem em projectos de desenvolvimento, mas também afecta todo o processo de desenvolvimento rural (Kakumba e Nsingo, 2008:116).

Por outro lado, os dados demonstram que o engajamento inicial é também influenciado por factos socioculturais. A análise dos dados revela que normas socioculturais profundamente enraizadas moldam o comportamento das comunidades diante das intervenções promovidas por organizações externas. Em ambas as comunidades analisadas, foi recorrente a percepção de que recusar qualquer tipo de ajuda, mesmo que considerada inadequada ou irrelevante é socialmente inaceitável, sendo vista como um acto de desrespeito ou ingratidão. Esse comportamento leva a uma forma de participação por vezes não voluntária, em que os indivíduos se veem pressionados a aderir aos projectos não por convicção, mas por conformidade às normas culturais. Tal dinâmica ecoa a análise clássica de Mauss (1925) sobre a *dádiva*, que mostra como a aceitação de um presente, no caso a ajuda externa, cria obrigações sociais de reciprocidade e submissão simbólica.

As prioridades já veem definidas e mesmo quando elas não respondem às nossas necessidades nós aceitamos. A regra aqui na comunidade não permite dizer que não queremos. Como estamos na seca não há espaço para negar nada (DGF 3, Tsocate).

Para resumir podemos dizer que as comunidades são receptoras. Temos encontrado culturas que as comunidades nem sabem como se come e isso evidencia claramente que não há consulta comunitária. Já encontrei semente de girassol e soja em detrimento de culturas para consumo imediato (E3, Masculino, Mabalane Sede).

As ONG's têm esclarecido que a participação nas actividades do projecto é voluntária, tanto que existem alguns membros que desistem. Porém, localmente muitos sentem-se na obrigação de participar devido à sua condição e, também, por orientação das lideranças, mas depois não se apropriam do projecto (E4, Feminino, Xai-Xai).

Malkki (1996) e Fassin (2011) também exploram esse fenómeno em contextos humanitários, argumentando que a ajuda, longe de ser neutra, carrega uma carga moral que produz subjectividades politicamente passivas, dificultando a crítica e o questionamento. Quando a ajuda é internalizada como um favor e não como um direito, sua recusa passa a ser socialmente sancionada, o que limita o uso de canais de feedback, mesmo quando formalmente existentes. Isso reforça o que Mosse (2005) denomina *compliance sem consenso*, ou seja, a adesão aparente a projectos que não refletem, de facto, as prioridades locais.

Além disso, o receio de que uma recusa possa afectar negativamente toda a colectividade revela uma dimensão colectiva dessa pressão, em que a conformidade passa a ser um imperativo social. Essa lógica colectiva de não enfrentamento pode ser analisada à luz das reflexões de Das (2006), que aponta como o sofrimento e a vulnerabilidade se inscrevem em práticas sociais que são, muitas vezes, silenciosas e não de confronto, mas nem por isso desprovidas de significado político. Assim, os mecanismos de prestação de contas e escuta comunitária tornam-se ineficazes não apenas por falhas institucionais das ONGs, mas também por normas culturais que naturalizam o silêncio e a aceitação como formas de protecção social. As comunidades, orientadas pelas normas sociais e pelas lideranças locais, tendem a evitar qualquer forma de crítica ou contestação às intervenções em curso, sobretudo quando estas são apresentadas como ajuda gratuita. Como resultado, a participação torna-se menos activa e mais reactiva, com pouco espaço para negociação ou contestação de prioridades e estratégias.

4.9. Engajamento inicial condicionado por expectativa e utilidade prática

A análise do nível de engajamento e colaboração das comunidades locais ao longo da implementação dos projectos revelou uma tendência de participação mais intensa nas fases iniciais das intervenções. De acordo com os dados, esse engajamento inicial é impulsionado, em grande medida, pelas expectativas elevadas em torno dos resultados esperados. Contudo,

à medida que o projecto avança e, sobretudo, quando não se observa uma resposta concreta às necessidades imediatas da comunidade, o envolvimento tende a diminuir significativamente. Esse padrão tem sido particularmente evidente nos períodos posteriores ao encerramento das actividades, com relatos de que, entre doze e vinte e quatro meses após a conclusão do projecto, já não se identificam evidências claras da sua implementação. Tal situação é atribuída, sobretudo, à fraca apropriação por parte dos beneficiários, o que compromete a sustentabilidade dos resultados alcançados.

O nível de vulnerabilidade é que muitas vezes determina o engajamento comunitário. A vulnerabilidade aqui referimo-nos à fome. Na comunidade mesmo quando há um inquérito eles querem participar na expectativa de ter alguma coisa mesmo sem saber do que se trata. (...) O engajamento tem sido mais no início dos projectos, ao longo do tempo tende a baixar quando percebem que o projecto não resolve o problema actual (E1, Masculino, Mabalane Sede).

Os dados revelam um padrão de engajamento comunitário que se caracteriza por uma participação mais intensa nas fases iniciais da implementação dos projectos, motivada por altas expectativas quanto à obtenção de benefícios imediatos. No entanto, à medida que essas expectativas não se materializam ou quando os resultados não correspondem às necessidades mais urgentes da comunidade, observa-se um declínio acentuado no envolvimento, com desmobilização progressiva após o encerramento das actividades.

Esse padrão denuncia um problema estrutural no modelo de desenvolvimento adotado: a participação motivada pela expectativa de benefício material imediato, e não pela construção colectiva de um projeto político de transformação. Para Souza (2007), isso ocorre quando a participação é limitada à execução de tarefas, em vez de ser um processo educativo e emancipador que gere conhecimento, apropriação e capacidade de mobilização autónoma.

A autora argumenta que a sustentabilidade de um projecto não depende apenas de sua capacidade técnica ou de seus recursos financeiros, mas sim da apropriação colectiva dos seus sentidos, estratégias e objectivos. Quando a comunidade não se reconhece como coautora do processo, o projecto não se enraíza na vida cotidiana local e se esvai com o término dos financiamentos. A constatação de que 12 a 24 meses após o encerramento dos projectos já não há evidências claras de sua existência reforça a crítica de Souza à prática recorrente de tratar o desenvolvimento como um “evento” pontual, e não como um processo contínuo de organização social. Esse modelo gera dependência, frustração e descrença, pois

falha em construir sujeitos que possam dar continuidade ao processo transformador mesmo após a saída das ONGs.

Por outro lado, essa dinâmica evidencia o carácter instrumental da participação, um fenómeno analisado por Cornwall (2008) como a participação “para cumprir requisitos de projecto”, mas desvinculada de processos reais de empoderamento.

Além disso, o desinteresse que se segue ao fim do projecto pode ser interpretado à luz da crítica de Escobar (1995) sobre o “mito do desenvolvimento”, segundo o qual as intervenções externas geram uma economia simbólica da esperança que, frequentemente, não se cumpre, levando à frustração, desmobilização e reforço da dependência.

Portanto, o engajamento condicionado por expectativa, embora inicialmente vigoroso, não gera raízes suficientes para garantir continuidade, evidenciando a importância de estratégias que fomentem participação crítica e corresponsabilidade desde o início do ciclo do projecto.

Esse fenómeno foi observado por representantes dos serviços distritais, que relataram uma afluência expressiva de membros da comunidade no momento da chegada dos projectos. Essa mobilização inicial estaria associada não apenas às expectativas de acesso a benefícios, mas também à condição de vulnerabilidade socioeconómica vivenciada por grande parte da população local. Por outro lado, a utilidade prática dos projectos foi várias vezes mencionada ao longo das entrevistas como sendo um grande factor de engajamento. No entanto, os dados revelam que o engajamento genuíno tem sido difícil de alcançar, especialmente em contextos marcados por múltiplas privações, nos quais a participação implica o investimento de tempo que poderia ser destinado à satisfação de necessidades básicas.

Alguns membros da comunidade são seleccionados para trabalhar com ONGs como activistas locais, ajudando a comunidade a resolver pequenos problemas de saúde, mas não recebem dinheiro, recebem camisetas e outras coisas só, por isso depois de um tempo não conseguem continuar da mesma forma (E5, Masculino, Tsocate).

Entre as áreas temáticas que mais têm conseguido mobilizar as comunidades de forma consistente, destaca-se a agricultura. Os entrevistados identificam essa área como sendo, particularmente, relevante por responder directamente à principal preocupação local: a insegurança alimentar. Nesse sentido, a capacidade dos projectos de atender às necessidades imediatas das famílias surge como um factor determinante para o grau de engajamento

comunitário. Quanto maior a percepção de utilidade prática e impacto directo, maior tende a ser a participação da população nas actividades propostas.

A dificuldade de alcançar um engajamento genuíno por parte das comunidades locais, conforme revelado pelos dados, não deve ser interpretada como desinteresse, mas sim como reflexo das condições materiais de vida que restringem o tempo e a energia disponíveis para actividades participativas. Em contextos marcados por múltiplas privações, o envolvimento comunitário só ocorre de forma significativa quando os projectos se alinham directamente às necessidades mais imediatas da população, como é o caso da agricultura e segurança alimentar, identificadas pelos entrevistados como áreas de alta relevância. Essa relação entre utilidade prática percebida e grau de engajamento é amplamente discutida por Sen (1999), para quem a ampliação das liberdades reais das pessoas, incluindo o acesso à alimentação, segurança e renda é um pré-requisito para a participação cidadã efectiva.

Chambers (1997) também destaca que quando a participação não é legítima, tende a gerar resistência silenciosa ou participação superficial. David Mosse (2005) argumenta ainda que, mesmo quando há participação formal, o verdadeiro engajamento só se materializa quando os projectos fazem sentido na vida cotidiana das pessoas, contribuindo directamente para resolver seus problemas mais urgentes.

Nesse sentido, o engajamento observado nas iniciativas voltadas à agricultura evidencia a relevância e utilidade imediata como motores da participação. Essa ideia também é reforçada por Kabeer (2000), que propõe que o empoderamento só ocorre quando as pessoas percebem mudanças tangíveis em suas condições de vida como resultado de sua própria acção ou envolvimento. Assim, para além da retórica participativa, o que mobiliza de facto as comunidades é a capacidade dos projectos de oferecer respostas concretas e úteis à sua realidade cotidiana. Em contrapartida, projectos cuja concepção não levou em conta as especificidades locais enfrentaram resistência e, em alguns casos, não alcançaram os resultados esperados. Um exemplo citado diz respeito à introdução de sistemas de rega cuja inadequação ao contexto contribuiu para o fracasso da iniciativa. Esses casos reforçam a importância de alinhar as propostas de intervenção às realidades concretas das comunidades-alvo, de modo a favorecer tanto o engajamento quanto a sustentabilidade das acções.

4.10. Fraca apropriação comunitária

A fraca apropriação comunitária das acções de desenvolvimento identificada nos dados aponta para um dos principais desafios enfrentados pelos projectos, sobretudo os de curta duração: a descontinuidade dos resultados após o encerramento das actividades. Em muitos casos, como no distrito de Mabalane, mesmo após sucessivos ciclos de intervenção, os efeitos das acções se dissipam em poucos meses, sem deixar marcas duradouras no tecido comunitário. Essa realidade evidencia a ausência de estratégias estruturadas de transição e sustentabilidade, comprometendo a continuidade das iniciativas e limitando seu impacto transformador.

Essa problemática é discutida por Freire (1970), que defende que o verdadeiro desenvolvimento deve ser construído de forma dialógica, com envolvimento crítico e consciente dos sujeitos. Quando os projectos são impostos de forma verticalizada, sem criar vínculos genuínos com a realidade vivida pelas comunidades, a compreensão e identificação com os objectivos do projecto tornam-se limitadas, e o engajamento inicial tende a se esvaziar rapidamente. Essa visão é reforçada por Cornwall (2008), ao apontar que a participação baseada em promessas de benefícios directos tende a ser superficial, sem resultar em empoderamento ou apropriação real.

Mosse (2005) também aponta que muitos projectos falham justamente por não construir mecanismos duradouros de apropriação social, apostando em metas e entregas no curto prazo em detrimento da construção de capacidades locais.

Há alguns anos tivemos aqui um projecto de construção de lajes para latrinas melhoradas. As lajes foram construídas, mas depois muitas famílias não usaram e não se fez a réplica que se pretendia noutras comunidades. As actividades desapareceram com o fim do projecto (EF, Masculino, Kokwe).

Mais ainda, Mosse (2005) complementa essa crítica ao afirmar que muitos projectos são concebidos e executados com foco em entregas visíveis e mensuráveis no curto prazo, sem uma preocupação real com a construção de capacidades locais ou estruturas de continuidade. Esse modelo técnico de gestão de projectos, aliado à lógica de ciclos de financiamento curtos, como destaca Doligez (2002), impede a consolidação de intervenções enraizadas nas práticas sociais e instituições locais. A ausência de estratégias de saída bem delineadas, que envolvam transferências graduais, capacitação local e mecanismos de manutenção, contribui para que os resultados se esvançam após o fim do apoio externo.

Por fim, Chambers (1997) argumenta que, sem apropriação local, qualquer benefício tende a ser efêmero, uma vez que o projecto permanece como algo “dado de fora”, e não internalizado pelas comunidades como parte de sua própria trajectória de desenvolvimento. Nesse sentido, a fraca apropriação comunitária não deve ser interpretada como desinteresse, mas como sintoma de intervenções mal enraizadas, mal comunicadas e pouco sensíveis aos ritmos e capacidades locais.

Na perspectiva dos interlocutores locais, a apropriação está fortemente condicionada ao grau de envolvimento das comunidades nas fases iniciais do ciclo do projecto. A planificação e o desenho participativo foram destacados como factores essenciais para garantir compromisso e apropriação, sendo valorizado um modelo de formulação ascendente (“de baixo para cima”) em contraste com o modelo dominante, considerado *top-down*, no qual as decisões e estratégias chegam já definidas às comunidades. Esse posicionamento corrobora a visão defendida por Souza (2002), para quem o desenvolvimento comunitário genuíno se constrói a partir da escuta activa, da organização colectiva e do exercício real de poder por parte dos sujeitos populares. A autora afirma que “o desenvolvimento não pode ser algo feito para a comunidade, mas sim com a comunidade, a partir de sua leitura de mundo e de suas formas de organização”.

A valorização do modelo ascendente, ou “de baixo para cima”, expressa o reconhecimento, por parte das próprias comunidades, de que o pertencimento nasce da participação real, e não da mera execução de tarefas. A ausência de espaços de escuta e formulação colectiva é apontada, portanto, como obstáculo à autonomia e à sustentabilidade das intervenções.

Para Souza, planejar de forma participativa não é apenas um método mais eficaz: é um acto político e pedagógico, que visa formar sujeitos capazes de analisar criticamente sua realidade e actuar colectivamente sobre ela. Quando a planificação é excludente, rompe-se esse processo formativo, e a comunidade permanece como espectadora de seu próprio desenvolvimento.

Assim, os dados demonstram que a apropriação comunitária é menos uma questão de incentivo material e mais uma questão de autoria política. É quando os sujeitos se veem como parte do processo desde a gênese das ideias até a implementação das acções, que surge a verdadeira corresponsabilidade. O que está em jogo, como mostra Souza, não é apenas o conteúdo do projecto, mas a forma como ele é construído, decidido e vivido colectivamente.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve como propósito compreender as percepções das comunidades de Tsocate e Kokwe, no distrito de Mabalane, sobre sua participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário financiados por Organizações Não Governamentais (ONGs). Para o efeito problematizou-se o pressuposto que aponta para uma participação activa dos membros da comunidade apenas na fase de implementação dos projectos onde estes são indispensáveis, e uma participação quase inexistente da fase de concepção desses projectos.

Os dados revelaram a existência de dois principais modelos de actuação de ONGs internacionais, nomeadamente, o modelo de transferência de fundos flexíveis ao governo e o modelo de implementação directa, sendo este último o mais predominante em Moçambique e na região do estudo em particular. No geral, constatou-se um cenário caracterizado por contradições marcantes entre o discurso da participação e a prática institucional das ONGs e dos doadores internacionais. Ao longo das análises realizadas, tornou-se evidente um padrão de actuação marcado pela centralização das decisões a nível das ONGs e seus financiadores, e ausência de mecanismos consistentes de escuta e concepção colectiva dos projectos de desenvolvimento. Tais constatações se distanciam profundamente da concepção de desenvolvimento comunitário formulada por Maria Luiza de Souza, a qual reconhece o desenvolvimento como processo político e dialógico, fundado na valorização dos saberes locais e na ampliação do protagonismo dos sujeitos sociais.

A planificação participativa, quando existente, assume maioritariamente um carácter informativo ou consultivo, sem impacto real sobre o conteúdo e o desenho dos projectos. Essa lógica configura, na perspectiva de Souza, uma forma de "participação simbólica" que, ao invés de emancipar, reproduz estruturas de dominação, reforçando a dependência dos sujeitos comunitários. Outro aspecto recorrente nas entrevistas é o desalinhamento entre as prioridades locais e as intervenções implementadas, resultado da ausência de diagnósticos comunitários genuínos e da prevalência de critérios operacionais e temáticos definidos pelas ONGs ou pelos doadores.

A análise demonstrou ainda que a vulnerabilidade extrema, vivida pelas comunidades estudadas, condiciona a forma como a ajuda é recebida. A escassez crônica de comida agravada pelos efeitos da seca geram um tipo de engajamento caracterizado por adesão

passiva, motivada mais pela expectativa de benefícios imediatos do que por um projecto político de transformação. Essa dinâmica é agravada por factores culturais, que desencorajam o questionamento ou a recusa da ajuda, tornando a participação uma imposição moral mais do que uma escolha consciente.

Neste cenário, a autoridade técnica das ONGs é raramente contestada, mesmo quando suas decisões se mostram desalinhadas com os contextos locais. Esta percepção revela um processo de naturalização da centralização do poder decisório que, segundo Souza, impede o surgimento de sujeitos críticos, e a constituição de uma cidadania activa e transformadora.

Um aspecto particularmente sensível identificado na análise foi a ambivalência de parte dos membros da comunidade: embora reconhecessem que as decisões são tomadas pelas ONGs sem consulta, alguns expressaram não se opor a essa dinâmica, sob o argumento de que a organização detém maior conhecimento técnico. Tal postura, ainda que minoritária, aponta para a internalização de uma lógica de autoridade verticalizada que, segundo Bourdieu (1984) e Foucault (1977), se sustenta não apenas na imposição, mas também na naturalização do saber técnico como legítimo e superior.

Outro elemento crítico foi a inflexibilidade orçamental que caracteriza a maioria dos projectos implementados por ONGs. Mesmo quando os técnicos locais ou os próprios beneficiários identificam lacunas ou novas necessidades ao longo da execução, raramente há margem para realocação de recursos ou introdução de ajustes. Essa rigidez imposta pelas exigências dos financiadores transforma os projectos em estruturas fechadas, resistentes à adaptação contextual. Como destaca Edwards (1999), essa tensão entre eficiência administrativa e relevância social tende a comprometer a legitimidade das intervenções. Para Souza, a ausência de flexibilidade orçamental impede que o desenvolvimento seja vivido como processo dialógico e compartilhado, despolitizando a prática da participação.

Esta inflexibilidade orçamental, gera no seio dos serviços provinciais, uma percepção crítica do papel das ONGs no desenvolvimento comunitário, olhando para estas como organizações cuja finalidade consiste essencialmente na justificação ascendente de fundos aos doadores, sem necessariamente guiar-se pela promoção genuína de desenvolvimento sustentável. No campo das percepções locais, chama atenção também a possibilidade de que a posição de vulnerabilidade, apesar de real, seja por vezes mobilizada discursivamente pelas próprias comunidades como forma de justificar a não participação activa.

A noção de que “nada pode ser feito sem a ajuda externa” apareceu em falas que atribuem a responsabilidade total pelo desenvolvimento às ONGs e ao Governo. Embora esse posicionamento seja compreensível diante das privações enfrentadas, ele também pode sinalizar um processo de autovitimização colectiva, que reforça a passividade e dificulta a construção de alternativas endógenas. Souza (2002) alerta para o risco de que a “falta de fé” na própria capacidade de ação se converta em mecanismo de reprodução da exclusão, travando o desenvolvimento enquanto prática política e pedagógica de transformação.

Nesse sentido, é necessário reconhecer que o desafio da participação comunitária não reside apenas nas limitações impostas pelas estruturas institucionais externas. Há também barreiras internas, simbólicas e culturais, que dificultam a emergência de uma acção colectiva crítica e propositiva.

Por fim, os dados indicam que, mesmo diante de múltiplos obstáculos, as comunidades possuem capacidade analítica e desejo de serem ouvidas. O reconhecimento da importância de participar desde o desenho dos projectos, a crítica às intervenções desconectadas das realidades locais e a valorização da agricultura como área prioritária evidenciam um potencial mobilizador que, se adequadamente apoiado, pode contribuir para a construção de práticas mais enraizadas, sustentáveis e transformadoras.

Ao trazer à tona essas constatações, a presente dissertação busca contribuir para o debate académico sobre os sentidos da participação no desenvolvimento, reforçando a actualidade e a relevância da proposta de Maria Luiza de Souza: um desenvolvimento construído “com” as comunidades, a partir de sua leitura do mundo, de seus ritmos e de sua capacidade de agir sobre a própria realidade.

Portanto, as conclusões a que chegamos na presente dissertação, sugerem a validação da hipótese segundo a qual as comunidades de Tsocate e Kokwe percebem a sua participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário como limitada e marcada por centralização externa e adesão passiva, influenciada pela vulnerabilidade relacionada à insegurança alimentar e por factores culturais.

RECOMENDAÇÕES

Ao Governo

- Reforçar os mecanismos de planificação participativa ao nível local, garantindo maior envolvimento das comunidades nas fases de identificação de necessidades, definição de prioridades e desenho dos projectos de desenvolvimento.
- Fortalecer o funcionamento dos conselhos locais e outras estruturas comunitárias de participação, promovendo maior autonomia, representatividade e capacidade deliberativa das comunidades.
- Desenvolver mecanismos mais eficazes de monitoria e coordenação das intervenções das ONGs, assegurando maior prestação de contas bem como alinhamento entre os projectos implementados e as prioridades locais das comunidades.
- Promover a cidadania activa, participação social e liderança comunitária, de modo a reduzir a dependência excessiva e receptividade passiva de actores externos nos processos de desenvolvimento local.
- Massificar o investimento em projectos de segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar, considerando a forte relação identificada entre vulnerabilidade socioeconómica e participação passiva das comunidades.

Às Organizações Não-Governamentais (ONGs)

- Reforçar a adopção de abordagens genuinamente participativas, assegurando o envolvimento das comunidades desde as fases iniciais de diagnóstico, concepção e planificação dos projectos.
- Reduzir práticas excessivamente centralizadas de tomada de decisão, promovendo maior valorização dos saberes locais e construção colectiva das intervenções com os actores comunitários.
- Promover maior flexibilidade programática e orçamental nos projectos, permitindo adaptações contextuais em função das necessidades emergentes identificadas pelas comunidades durante a implementação.
- Investir em processos contínuos de fortalecimento de capacidades locais, de modo a estimular maior protagonismo local e reduzir relações de dependência entre comunidades e organizações implementadoras.

Às Comunidades Locais

- Reforçar a participação activa e crítica nos espaços comunitários de consulta e tomada de decisão relacionados com os projectos de desenvolvimento.
- Fortalecer as associações locais e outras formas de organização comunitária como mecanismos de representação, mobilização colectiva e defesa das prioridades locais.
- Incentivar maior valorização das capacidades e iniciativas locais, reduzindo a percepção de dependência exclusiva da ajuda externa para resolução dos problemas comunitários.
- Estimular maior envolvimento dos diferentes grupos sociais, particularmente mulheres e jovens, nos processos participativos e nas iniciativas de desenvolvimento comunitário.

Referências bibliográficas

- AMINUZZAMAN, S. M. (2008). *Introduction to social research*. Dhaka, Bangladesh: University of Dhaka.
- BAMBERGER, M. (Ed.). (1986). *Readings in Community Participation*. Washington, DC: The World Bank.
- BANDEIRA, M. (1999). *Participação e desenvolvimento local*. Florianópolis, Brasil: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- BANCO MUNDIAL. (1996). *The World Bank participation sourcebook*. Washington, DC: The World Bank.
- BOURDIEU, P. (1984). *Distinction: A social critique of the judgement of taste*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- BASTOS, M. J. (2014). *Educação social e desenvolvimento comunitário: Perspectivas e práticas* (pp. 25-44). Lisboa: Pactor.
- BEGUM, H. (2015). *Improving access to housing for low-income communities in Dhaka: From rhetoric to reality in community participation* (Doctoral thesis, Queensland University of Technology, Brisbane, Australia).
- BERGER, P. L., & LUCKMANN, T. (1990). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento* (trad. F. S. Fernandes). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- BLAIR, H. (2002). *Participation and accountability at the periphery: Democratic local governance in six countries*. World Development.
- BORDINAVE, J. (1983). *O que é participação*, 6ª ed. Editora brasiliense.
- BOSIRE, C. (2013). *Devolution for development, conflict resolution, and limiting central power: An analysis of the Constitution of Kenya 2010* (Doctoral thesis, University of the Western Cape). UWC Institutional Repository.
- BOUSQUET, M. (2003). *O desenvolvimento comunitário: Uma dinâmica de participação e cidadania*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget.
- BRAUN, V. And CLARKE, V. (2006) *using thematic analysis in psychology*. Qualitative research in psychology, 3 (2). Pp. 77-101.
- BRINKERHOFF, D. W. (2002). *Government–nonprofit relations in comparative perspective: Evolution, themes, and new directions*. *Public Administration and Development*, 22(1).
- BURNS, D. (1994). *The politics of decentralisation: Revitalising local democracy*. Basingstoke, UK: Macmillan Press.

- CARMO, A. do. (2001). *Desenvolvimento comunitário: Contributos para a definição de uma estratégia de intervenção social*. Lisboa, Portugal: Universidade Católica Portuguesa.
- CHAMBERS, R. (1997). *Whose reality counts? Putting the first last*. London, UK: Intermediate Technology Publications.
- COOKE, B., & KOTHARI, U. (Eds.). (2001). *Participation: The new tyranny?* London: Zed Books.
- CORNWALL, A. (2007). *Buzzwords and fuzzwords: Deconstructing development discourse*. *Development in Practice*, 17(4–5), 471–484.
<https://doi.org/10.1080/09614520701469302>
- COSTA, E. B., & VASCONCELLOS, H. (1988). *Participação comunitária*. Revista de Administração de Empresas, 28(2), Fundação Getúlio Vargas.
- DAVIDS, I., MAPHUNYE, K. J., & THERON, F. (2005). *Participatory development in South Africa: A development management perspective*. Pretoria, South Africa: Van Schaik Publishers.
- DIAS, N. (2014). *Orçamentos participativos e planificação participativa em Moçambique*. Maputo, Moçambique: Associação In Loco.
- EDWARDS, M., & HULME, D. (1996). *Too close for comfort? The impact of official aid on nongovernmental organizations*. *World Development*, 24(6), 961–973.
- EDWARDS, M. (1999). *NGO performance and accountability: Introduction and overview*. In D. Lewis (Ed.), *International perspectives on voluntary action: Reshaping the third sector*. London, UK: Earthscan.
- ESSENDI, H., MADISE, N., & MATTHEWS, Z. (2014). *Perceptions of development by residents of a rural community in Kenya: A capability issue*. *Journal of African Studies*.
- FERGUSON, J. (1994). *The anti-politics machine: "Development," depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- FOUCAULT, M. (1977). *Discipline and punish: The birth of the prison*. New York, NY: Pantheon Books.
- FRANCISCO, A. (2012). *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo, Moçambique: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- FRASER, N. (2000). *Rethinking recognition*. *New Left Review*, 3(May–June).
- GAMA, K. (2000). *Voter apathy characterizes by-elections*. UDF News, p. 3.
- GEGEO, D. W. (1998). *Indigenous knowledge and empowerment: Rural development examined from within*. *The Contemporary Pacific*, 10(2).
- GIL, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

- GOHN, M. da G. (2019). *Teorias sobre participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais*. São Paulo, Brasil: Cortez Editora.
- GOLDENBERG, M (2004), *a arte de pesquisar: como fazes pesquisa qualitativa em ciências sociais*, rio de janeiro, editora record.
- GOLDENBERG, M. (2004). *A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais* (7ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Record.
- GREENWOOD, E, (1963), *métodos de investigação impirica em sociologia*, califórnia, revista mexicana de sociologia.
- HARRIS, R. (2003). *A double irony: the originality and influence of John F. C. Turner*. Habitat International, 27(2).
- HARRIS, J. (2003). *Participatory development*. In V. Desai & R. B. Potter (Eds.), *The companion to development studies*. London, UK: Arnold.
- HUSSEIN, M. K. (2003). *The role of Malawian local government in community development*. *Development Southern Africa*, 20(2).
- KAKUMBA, U., & NSINGO, S. (2008). *Citizen participation in local government and the process of rural development: The rhetoric and reality in Uganda*. *Journal of Public Administration*, 43(2).
- KAUCHAKJE, S. (2008). *Participação social, cidadania e políticas públicas*. Curitiba, Brasil: Juruá Editora.
- KLIKSBERG, B. (1997). *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: Superando dogmas e convencionalismos*. São Paulo, Brasil: Cortez Editora.
- KORTEN, D. C. (1990). *Getting to the 21st century: Voluntary action and the global agenda*. West Hartford, CT: Kumarian Press.
- KUMAR, S. (2002). *Methods for community participation: A complete guide for practitioners*. London: ITDG Publishing.
- LAFFERTY, W. M., & ECKERBERG, K. (2013). *From the Earth Summit to Local Agenda 21: Working towards sustainable development* (Vol. 12). London: Routledge.
- LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.
- LAVERACK, G. (2001). *An identification and interpretation of the organizational aspects of community empowerment*. *Community Development Journal*, 36(2).
- MACUÁCUA, L. A. (2021). *Desenvolvimento local e participação comunitária: Desafios e perspectivas em Moçambique*. Maputo, Moçambique: Escolar Editora.

- MACUÁCUA, A. (2022). *Senso de responsabilidade nos projectos de desenvolvimento comunitário em Moçambique, Maputo*.
- MAGNO, M., & JÚLIA, R. (2016). *Participação comunitária e sustentabilidade de projetos sociais: desafios e perspectivas no contexto brasileiro*. In M. Magno & R. Júlia (Orgs.), *Gestão social e desenvolvimento local: práticas e reflexões* (pp. 95–118). Belo Horizonte, Brasil: Editora Autêntica.
- MORENO, M. C. (2012). *Comunidade e desenvolvimento local: Perspectivas para a intervenção social*. Porto, Portugal: Universidade Católica Editora.
- MORGAN, D. L., & KRUEGER, R. A. (1993). *When to use focus groups and why*. In D. L. Morgan (Ed.), *Successful focus groups: Advancing the state of the art* (pp. 3–19). Newbury Park, CA: Sage Publications.
- MOSSE, D. (2005). *Cultivating development: An ethnography of aid policy and practice*. London, UK: Pluto Press.
- MUHWESI, W. W., NABALEGWA, M., & WABWIRE, M. (2019). *Local governance and citizen participation in Uganda: Examining the challenges of decentralization reforms*. Kampala, Uganda: Advocates Coalition for Development and Environment (ACODE).
- NAMPILA, T. (2005). *Assessing community participation: The Huindare informal settlement* (Master's thesis, University of Stellenbosch). Stellenbosch University Institutional Repository.
- OKELLO, M., OENGA, I., & CHEGE, B. (2009). *Participatory urban planning toolkit based on the Kitale experience: A guide to community-based action planning for effective infrastructure and service delivery*. Nairobi, Kenya: Practical Action.
- OLUKOTUN, G. A. (2017). *Community participation and project sustainability: The missing link in rural development in Nigeria*. *European Scientific Journal*, 13(35), 238–251.
- ORNELAS, J. H. (2008). *Desenvolvimento comunitário: fundamentos, práticas e perspectivas*. [Editora ou instituição, se disponível].
- PAUL, S. (1987). *Community participation in development projects: The World Bank experience* (World Bank Discussion Paper No. 6). Washington, DC: The World Bank.
- PINHEIRO, C. A. (1997). *Participação e desenvolvimento local: Uma análise das práticas participativas em projetos de desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- PRETTY, J. N. (1994). *Alternative systems of inquiry for a sustainable agriculture*. *IDS Bulletin*, 25(2), 37–48.
- RIJAL, S. (2023). *The importance of community involvement in public management planning and decision-making processes*. *Journal of Contemporary Administration and Management (ADMAN)*, 1(2), 84-92.
- SANTOS, B. de S. (2002). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência* (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Cortez Editora.
- SEN, A. (1999). *Development as freedom*. New York, NY: Alfred A. Knopf.
- SILVA, M. C. DA. (1962). *Desenvolvimento comunitário: Conceitos, princípios e aplicações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SIRKER, K., & COSIC, S. (2007). *Empowering the marginalized: Case studies of social accountability initiatives in Asia*. World Bank Institute Working Paper. Washington, DC: The World Bank.
- SOUZA, M. L. de. (2002). *Desenvolvimento local: Dinâmicas, agentes e estratégias*. São Paulo, Brasil: Cortez Editora.
- STANLEY, O. (2003). *Community participation as a tool for sustainable development: The experience of the World Bank in Sub-Saharan Africa*. *Journal of Social Development in Africa*, 18(1), 35–50.
- THERON, F. (2005). *Integrated development planning as a micro-level development strategy*. In I. Davids, F. Theron, & K. J. Maphunye (Eds.), *Participatory development in South Africa: A development management perspective* (pp. 53–79). Pretoria: Van Schaik Publishers.
- TORGERSON, M., & EDWARDS, E. M. (2012). Demographic determinants of perceived barriers to community involvement: Examining rural/urban differences. *Nonprofit & Voluntary Sector Quarterly*, 41(2), 371-390.
- VILANCULOS, A. M. (2011). *O papel dos comités de desenvolvimento comunitário na promoção da participação dos beneficiários nos projectos de desenvolvimento local: O caso do distrito de Xai-Xai* (Dissertação de Mestrado, Universidade Eduardo Mondlane). Maputo, Moçambique: Universidade Eduardo Mondlane.
- WHITE, S. C., & KAMRUZZAMAN, P. (2018). *Empowerment and community participation*. *Development in Practice*, 28(3), 412–421
- WILLIAMS, J. J. (2006). *Community participation: Lessons from post-apartheid South Africa*. *Policy Studies*, 27(3), 197–217.

WIYABOON, B. (2019). *Community participation and local governance in rural development. International Journal of Social Science and Economic Research*, 4(7), 5055–5072.

APÊNDICES



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Tema: Percepções comunitárias sobre a participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário no distrito de Mabalane.

Apêndice 1: Consentimento informado para participantes da Discussão em Grupo Focal

Investigador: Ivan Mutombene

Caro/a Participante!

Chamo-me Ivan Mutombene, estudante da Universidade Eduardo Mondlane e estou aqui na qualidade de pesquisador. O presente documento tem como objetivo solicitar formalmente o seu consentimento para participar no estudo que está a ser realizado no âmbito da Dissertação de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento. A pesquisa procura compreender as percepções da comunidade local sobre a sua participação no processo de conceção e implementação de projetos de desenvolvimento comunitário neste distrito.

Antes de decidir se deseja participar, serão fornecidas informações detalhadas sobre o estudo e sobre o seu papel enquanto participante. A sua participação é totalmente voluntária e você tem o direito de aceitar ou recusar participar, sem qualquer prejuízo. Por favor, peça-me para lhe explicar tudo o que não compreender. Se você tiver perguntas mais tarde, sinta-se à vontade para colocar.

A pesquisa visa compreender o que a comunidade local acha do processo usado para o desenho de projectos de desenvolvimento local. Para isso será necessário saber como funciona o processo de desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento, verificar

os mecanismos de envolvimento da comunidade local na fase de implementação e, analisar o engajamento e a colaboração da comunidade local na implementação dos projectos.

Está sendo convidado a participar numa discussão em grupo, porque tem participado no processo de elaboração dos projectos de desenvolvimento local. Se aceitar participar neste estudo irá participar da discussão em grupo que terá duração de cerca de 1 hora a 1 hora e 20 minutos, no máximo. Com participação de 8 a 12 pessoas.

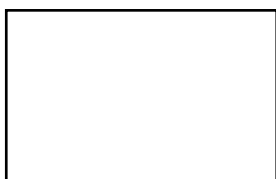
O seu nome não aparecerá nos resultados da discussão. Você não será mencionado em nenhum relatório. Os seus dados de identificação não serão compartilhados com terceiros. Solicita-se a sua autorização para participar neste estudo e para permitir a gravação de áudio durante a entrevista ou discussão em grupo, de modo a garantir que nenhuma informação relevante seja perdida durante o processo de recolha de dados.

Eu, _____, declaro que fui devidamente informado(a) sobre os objetivos e procedimentos do estudo conduzido pelo investigador **Ivan Mutombene**, no âmbito da sua investigação académica. Assim, autorizo a recolha de dados para a realização da referida pesquisa. Autorizo igualmente a gravação de áudio durante a minha participação e concordo com a utilização dessas gravações para fins exclusivamente académicos, desde que sejam respeitados e salvaguardados todos os princípios éticos aplicáveis à pesquisa social, nomeadamente a confidencialidade e o anonimato dos participantes.

Assinatura do/a Entrevistado/a

Caso o entrevistado não consiga assinar:

Impressão digital do entrevistado:



Assinatura do Pesquisador



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Tema: Percepções comunitárias sobre a participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário no distrito de Mabalane.

Apêndice 2: Consentimento informado para informantes chave

Investigador: Ivan Mutombene

Caro/a Participante!

Chamo-me Ivan Mutombene, estudante da Universidade Eduardo Mondlane e estou aqui na qualidade de pesquisador. O presente documento tem como objetivo solicitar formalmente o seu consentimento para participar no estudo que está a ser realizado no âmbito da Dissertação de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento. A pesquisa procura compreender as percepções da comunidade local sobre a sua participação no processo de conceção e implementação de projetos de desenvolvimento comunitário neste distrito.

Por favor, peça-me para lhe explicar tudo o que não compreender. Se você tiver perguntas mais tarde, sinta-se à vontade para colocar.

A pesquisa visa compreender o que a comunidade local acha do processo usado para o desenho de projectos de desenvolvimento local. Para isso será necessário saber como funciona o processo de desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento, verificar os mecanismos de envolvimento da comunidade local na fase de implementação e, analisar o engajamento e a colaboração da comunidade local na implementação dos projectos.

Está sendo convidado a participar na qualidade de informante chave, porque tem participado no processo de elaboração dos projectos de desenvolvimento local. Se aceitar participar neste estudo será entrevistado por mim. A entrevista irá durar cerca de 45 minutos a 1 hora, no máximo.

Sua entrevista terá lugar em local privado. Seu nome não aparecerá nos formulários de entrevista. Você não será mencionado em nenhum relatório. Os teus dados de identificação não serão compartilhados com terceiros.

Solicita-se a sua autorização para participar neste estudo e para permitir a gravação de áudio durante a entrevista ou discussão em grupo, de modo a garantir que nenhuma informação relevante seja perdida durante o processo de recolha de dados.

Eu, _____ autorizo o investigador Ivan Mutombene a recolher dados para a sua investigação. Permito igualmente a utilização das gravações e declaro que não me oponho à utilização das mesmas para o seu estudo, desde que sejam salvaguardados todos os aspectos éticos da pesquisa social.

Assinatura do/a Entrevistado/a

Caso o entrevistado não consiga assinar:

Impressão digital do entrevistado:



Assinatura do Pesquisador



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Tema: Percepções comunitárias sobre a participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário no distrito de Mabalane.

Apêndice 3: Guião de entrevista semi-estruturada para instituições do Governo

Saudações!

Chamo-me Ivan Mutombene, estudante da Universidade Eduardo Mondlane e estou aqui a conduzir uma pesquisa sobre participação comunitária no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário. Esta pesquisa está sendo realizada no âmbito dos requisitos necessários para a conclusão do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, ministrado na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Departamento de Sociologia em Maputo.

O principal objectivo desta pesquisa consiste em compreender o que a comunidade local acha do processo usado para o desenho de projectos de desenvolvimento local. Para isso será necessário saber como funciona o processo de desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento, verificar os mecanismos de envolvimento da comunidade local na fase de implementação e, analisar o engajamento e a colaboração da comunidade local na implementação dos projectos.

Os resultados desta pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins académicos. Neste sentido, gostaria de contar com a sua colaboração na resposta às questões que serão apresentadas ao longo da entrevista. A sua participação é totalmente voluntária, pelo que se encontra livre para expressar as suas opiniões, acrescentar informações que considere relevantes ou interromper a entrevista a qualquer momento, caso assim o deseje.

Desde já agradeço a sua disponibilidade, compreensão e colaboração na realização deste estudo.

I. Dados do entrevistado

Sexo do entrevistado: Feminino	Masculino:
Contacto (opcional):	
Data da entrevista:	
Instituição:	

II. Sobre o processo de desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento local

- 2.1. O distrito de Mabalane tem beneficiado de projectos de desenvolvimento financiados por ONGs? Se sim, que tipo de projectos (em termos de área temática) têm sido mais frequentes?
- 2.2. Quais são as áreas mais financiadas nos últimos 10 anos?
- 2.3. Pode me falar sobre o processo de desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento do início ao fim?
- 2.4. Como tem sido o processo de definição das prioridades para desenho desses projectos?
- 2.5. O que me diz sobre o envolvimento das comunidades locais?

III. Sobre os mecanismos de envolvimento da comunidade local na fase de implementação dos projectos

- 3.1. Já na fase de implementação dos projectos, pode falar um pouco sobre como a comunidade local é envolvida?
- 3.2. Quais são os critérios utilizados para o envolvimento da comunidade na fase da implementação dos projectos de desenvolvimento?
- 3.3. O Governo tem tido actividades de incentivo para envolvimento da comunidade na fase da implementação dos projectos de desenvolvimento?
- 3.4. Se sim, como?

IV. Sobre o engajamento e a colaboração da comunidade local na implementação dos projectos

4.1. Ainda na fase de implementação dos projectos, pode me falar de como tem sido o engajamento e a colaboração da comunidade local?

4.2. Tem havido conflito? Pontos de discrepância?

FIM

Obrigado pela sua participação!



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Tema: Percepções comunitárias sobre a participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário no distrito de Mabalane.

Apêndice 4: Guião de entrevista semi-estruturada para representante da SCI e Fórum das ONGs

Saudações!

O meu nome é Ivan Mutombene, estudante da Universidade Eduardo Mondlane. Encontro-me a realizar uma pesquisa sobre a participação comunitária no processo de conceção de projetos de desenvolvimento comunitário. Este estudo está a ser desenvolvido no âmbito dos requisitos para a conclusão do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, ministrado no Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), em Maputo.

O principal objectivo desta pesquisa consiste em compreender o que a comunidade local acha do processo usado para o desenho de projectos de desenvolvimento local. Para isso será necessário saber como funciona o processo de desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento, verificar os mecanismos de envolvimento da comunidade local na fase de implementação e, analisar o engajamento e a colaboração da comunidade local na implementação dos projectos.

Os resultados desta pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins académicos. Neste sentido, gostaria de contar com a sua colaboração na resposta às questões que serão apresentadas ao longo da entrevista. A sua participação é totalmente voluntária, pelo que se encontra livre para expressar as suas opiniões, acrescentar informações que considere relevantes ou interromper a entrevista a qualquer momento, caso assim o deseje. Desde já agradeço a sua disponibilidade, compreensão e colaboração na realização deste estudo.

I. Dados do entrevistado

Sexo do entrevistado: Feminino	Masculino:
Contacto (opcional):	
Data da entrevista:	

II. Sobre o processo de desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento local

- 2.1. A SCI implementa projectos de desenvolvimento no distrito de Mabalane? Se sim, há quanto tempo?
- 2.2. Que tipo de projectos (em termos de área temática têm sido mais frequentes)?
- 2.3. Quais são as áreas mais financiadas nos últimos 10 anos?
- 2.4. Pode me falar sobre o processo de desenho dos projectos? Como foi conduzido o processo de definição das prioridades?
- 2.5. O que me diz sobre o envolvimento da comunidade neste processo de desenho?

III. Sobre os mecanismos de envolvimento da comunidade local na fase de implementação dos projectos

- 3.1. Pode me falar um pouco sobre o envolvimento da comunidade local na fase de implementação dos projectos?
- 3.2. Com que base são seleccionados os beneficiários directos dos projectos?

IV. Sobre o engajamento e a colaboração da comunidade local na implementação dos projectos

- 4.1. Ainda na fase de implementação, como tem sido o engajamento e a motivação da comunidade local?
- 4.2. Quando os projectos são desenhados sem envolvimento das comunidades como elas reagem?
- 4.3. Que mecanismos são usados para garantir motivação e engajamento dos membros da comunidade na implementação dos projectos?

FIM

Obrigado pela sua participação!



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Tema: Percepções comunitárias sobre a participação no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário no distrito de Mabalane.

Apêndice 5: Guião de discussão em grupo focal com membros da associação.

Saudações!

Chamo-me Ivan Mutombene, estudante da Universidade Eduardo Mondlane e estou aqui a conduzir uma pesquisa sobre participação comunitária no desenho de projectos de desenvolvimento comunitário. Esta pesquisa está sendo realizada no âmbito dos requisitos necessários para a conclusão do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, ministrado na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Departamento de Sociologia em Maputo.

O principal objectivo desta pesquisa consiste em compreender o que a comunidade local acha do processo usado para o desenho de projectos de desenvolvimento local. Para isso será necessário saber como funciona o processo de desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento, verificar os mecanismos de envolvimento da comunidade local na fase de implementação e, analisar o engajamento e a colaboração da comunidade local na implementação dos projectos.

Os resultados desta pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins académicos. Neste sentido, gostaria de contar com a sua colaboração na resposta às questões que serão apresentadas ao longo da entrevista. A sua participação é totalmente voluntária, pelo que se encontra livre para expressar as suas opiniões, acrescentar informações que considere relevantes ou interromper a entrevista a qualquer momento, caso assim o deseje. Desde já agradeço a sua disponibilidade, compreensão e colaboração na realização deste estudo.

I. Identificação do grupo

Nome da Comunidade e da Associação:	
Número de participantes: Sexo: Feminino ()	Masculino ()
Data da discussão:	

II. Sobre o processo de desenho e planificação dos projectos de desenvolvimento local

- 2.1. Há quanto tempo ONGs trabalham nesta comunidade?
- 2.2. Em que áreas vocês têm trabalhado com ONGs nos últimos 10 anos?
- 2.3. Podem explicar como funciona o processo de desenho dos projectos das ONGs?
- 2.4. Como é conduzido o processo de desenho destes projectos nesta comunidade?
- 2.5. Como é que eles fizeram para saber as vossas necessidades/prioridades?
- 2.6. Em que momento a comunidade é informada sobre a vinda dos projectos?
- 2.7. O que vocês acham sobre este modelo de desenho dos projectos?

III. Sobre os mecanismos de envolvimento da comunidade local na fase de implementação dos projectos

- 3.1. Podem me falar um pouco sobre o processo de implementação dos projectos? Como a comunidade é envolvida?
- 3.2. Houve algum incentivo que foi dado aos membros para participar no projecto?
- 3.3. Alguma vez implementaram um projecto que foi desenhado sem a vossa participação? Se sim, como foi o resultado?
- 3.4. De acordo com as normas da comunidade, os membros têm a obrigação de participar nos projectos?

IV. Sobre o engajamento e a colaboração da comunidade local na implementação dos projectos

- 4.1. Como tem sido a colaboração dos membros da comunidade na implementação dos projectos?
- 4.2. Que mecanismos são usados para garantir motivação e engajamento dos membros da comunidade na implementação dos projectos?

FIM

Obrigado pela sua participação!

ANEXOS



Figura 2. Gabinete do administrador do distrito de Mabalane



Figura 3. Discussão em Grupo focal na comunidade de Kokwe



Figura 4. Discussão em grupo focal com agricultores na comunidade de Kokwe



Figura 5. Discussão em grupo Focal com membros da comunidade de Tsocate



Figura 6. Discussão em grupo Focal com agricultores da comunidade de Tsocate



Figura 7. Entrevista com líder comunitário de Tsocate

